

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

ROSANGELA PERES MACHADO

**ANÁLISE DOS GUIAS DOS FUNDOS DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA,
GETÚLIO VARGAS, JOÃO GOULART E TANCREDO NEVES, CUSTODIADOS
PELO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL**

**PORTO ALEGRE
2015**

ROSANGELA PERES MACHADO

**ANÁLISE DOS GUIAS DOS FUNDOS DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA,
GETÚLIO VARGAS, JOÃO GOULART E TANCREDO NEVES, CUSTODIADOS
PELO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito final à obtenção do grau de Bacharel em
Arquivologia.

Orientadora: Prof^a. Ana Regina Berwanger

**PORTO ALEGRE
2015**

PÁGINA PARA CATALOGAÇÃO

ROSANGELA PERES MACHADO
ANÁLISE DOS GUIAS DOS FUNDOS DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA,
GETÚLIO VARGAS, JOÃO GOULART E TANCREDO NEVES, CUSTODIADOS
PELO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em: ___ de dezembro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ana Regina Berwanger – DCI/FABICO/UFRGS
Orientadora

Bel. Anna Luiza de Moura Saldanha - IPA
Examinadora

Bel. Luciana Simões Schinker Carosio - CIEE
Examinadora

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Helena, aos meus filhos Potyra e Bolivar e ao meu neto Joaquim, por todo apoio, confiança e incentivo mesmo nas minhas ausências. A eles declaro meu amor incondicional e gratidão por toda a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma me incentivaram a fazer essa caminhada.

A meus pais, Maria Helena e Coquinha, ao meu segundo pai Douglas e aos meus padrinhos Elma e Martins pela educação que me proporcionaram, pelos princípios e por me ensinarem a amar, me tornando a pessoa que sou hoje.

As minhas irmãs Mariângela e Ceres pela paciência e pelo amor existente entre nós.

Aos meus filhos Potyra e Bolivar e ao meu neto Joaquim porque são a razão da minha existência.

Ao meu genro Rodrigo, quase um filho, por se fazer presente sempre que necessário, por sua presteza e dedicação incondicional.

A minha orientadora Ana Regina Berwanger pela mulher e profissional excepcional que é e por todo ensinamento transmitido, pela paciência, confiança, carinho, apoio e incentivo sempre.

Aos professores Rita de Cássia Portela da Silva, Jorge Eduardo Enriquez Vivar, Marlize Giovanaz, Moysés Rockembach, Rafael Port da Rocha, Rodrigo Caxias da Silva e Valéria Raquel Bertotti, por todo conhecimento transmitido nestes quatro anos de curso.

A minha colega de arquivologia, Luciana Simões Schinker Carosio, por toda sua ajuda e pronta disponibilidade em todas as vezes que necessitei.

Aos meus colegas, companheiros nessa caminhada, por toda parceria em horas boas e ruins, por tornarem as dificuldades encontradas amenas e pelo coleguismo no sentido pleno da palavra, especialmente, Fernanda Fontoura da Silva, Daniela Machado Teixeira, Karine Martins Leite, Bianca Celistre Frota e Carlos Eduardo Pontes.

E finalmente aos meus amigos, por aguentarem minha loucura durante esses quatro anos de curso e entenderem as minhas ausências.

“De todos os valores positivos de uma nação os arquivos são os mais preciosos. Eles são a dádiva de uma geração para a outra e a extensão dos nossos cuidados assinala o grau de nossa civilização”.

Arthur G. Doughty

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende analisar os guias dos fundos provenientes dos arquivos pessoais dos Presidentes da República, Getúlio Vargas, João Goulart e Tancredo Neves, custodiados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. A metodologia utilizada para tal é a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Entre os resultados do estudo, constatou-se que os guias, instrumentos de pesquisa utilizados, apresentam elementos descritivos determinados pela instituição, com certa padronização entre si, mas não normalizados (não contemplam a NOBRADE e preceitos dela decorrentes). Conclui-se reafirmando-se a importância da normalização dos instrumentos de pesquisa, através das descrições existentes; e reconhecendo-se a necessidade de aprofundamento do estudo em relação às demais normas de descrição e também em relação aos níveis de arranjo determinados no tratamento dos acervos.

Palavras-chave: Arquivos. Arquivos Pessoais. Descrição Arquivística. Normalização. Guias. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.

RESUMEN

El presente Trabajo de Finalización de Curso pretende analizar las guías de los fondos provenientes de los archivos personales de los Senhores Presidentes de la República, Getúlio Vargas, João Goulart e Tancredo Neves, custodiados por Centro de Investigación y Documentación de Historia Contemporánea de Brasil/Fundación Getulio Vargas. La metodología utilizada para eso es la recuperación de búsqueda en la literatura y en la información documental. Entre los resultados del estudio, se encontró que las guías, las herramientas de investigación utilizadas presentan elementos descriptivos determinados por la institución, con cierta estandarización entre ellos, pero no estándar (no contempla NOBRADE y juicios derivados de la misma). Se concluye reafirmandose la importancia de la normalización de las herramientas de investigación, a través de las descripciones existentes; y reconociéndose la necesidad de estudiar con profundización en comparación con otras normas descriptivas y también a los niveles hallados en el tratamiento de las colecciones.

Palabras clave: Archivos. Archivos personales. La descripción archivística. Normalización. Guías. Centro de Investigación y Documentación de Historia Contemporánea de Brasil/Fundación Getulio Vargas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Página principal do CPDOC/FGV	50
Figura 2: Página Acervo do CPDOC/FGV	51
Figura 3: Página inicial do Guia dos Arquivos	51
Figura 4: Selecione um arquivo do Guia do CPDOC	52
Figura 5: Selecionando o Guia de Getúlio Vargas	53
Figura 6: Página do Guia do Arquivo de Getúlio Vargas	53
Figura 7: Selecionando o Guia de João Goulart	54
Figura 8: Página do Guia do Arquivo de João Goulart	54
Figura 9: Selecionando o Guia de Tancredo Neves	55
Figura 10: Página do Guia do Arquivo de Tancredo Neves	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Elementos descritivos dos guias do CPDOC/FGV.....	32
Quadro 2: Equivalência entre elementos descritivos	33
Quadro 3: Área de Identificação – Getúlio Vargas.....	34
Quadro 4: Área de Contextualização – Getúlio Vargas	35
Quadro 5: Área de Conteúdo e estrutura – Getúlio Vargas	36
Quadro 6: Área de identificação – João Goulart	37
Quadro 7: Área de Contextualização – João Goulart	38
Quadro 8: Área de Contextualização – João Goulart – cont.....	39
Quadro 9: Área de Conteúdo e Estrutura – João Goulart.....	40
Quadro 10: Área de Identificação – Tancredo Neves	41
Quadro 11: Área de Contextualização – Tancredo Neves.....	42
Quadro 12: Área de Conteúdo e Estrutura – Tancredo Neves	43
Quadro 13: João Goulart 1	57
Quadro 14: João Goulart 2	58
Quadro 15: João Goulart 3	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
2. FGV – Fundação Getúlio Vargas
3. CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
4. ISAD-G – Norma geral internacional de descrição arquivística
5. ISDHI – Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico
6. ISAAR-CPF – Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias
7. NOBRADE – Norma brasileira de descrição arquivística
8. GV – Getúlio Vargas
9. JG – João Goulart
10. TN – Tancredo Neves
11. PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CONTEXTUALIZANDO ARQUIVOS PESSOAIS	15
2.1	Arquivos	15
2.2	Arquivos Privados	17
2.3	Arquivos Pessoais	19
3	DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	23
4	O CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	29
5	ANÁLISE DOS GUIAS	32
5.1	Guia do Fundo Getúlio Vargas.....	33
5.2	Guia do Fundo João Goulart.....	36
5.3	Guia do Fundo Tancredo Neves	41
5.4	Elementos de descrição não contemplados nos guias	44
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	Erro! Indicador não definido.
	APÊNDICES	48
	APÊNDICE A – Como acessar os Guias <i>on line</i> do CPDOC/FGV	49
	APÊNDICE B – Quadro completo João Goulart.....	56
	ANEXOS	60
	ANEXO A – Guia dos Arquivos do CPDOC - Getúlio Vargas	61
	ANEXO B – Guia dos Arquivos do CPDOC - João Goulart.....	65
	ANEXO C – Guia dos Arquivos do CPDOC - Tancredo Neves.....	69
	ANEXO D – Apêndice C da NOBRADE – Nível 1	74

1 INTRODUÇÃO

Há quarenta e dois anos o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) tem a custódia de acervos pessoais, provenientes de doações, com a finalidade de reunir fontes que possibilitem pesquisas para a história de fatos recentes país.

Os arquivos pessoais guardam vestígios do cotidiano de seus produtores, possibilitando a identificação das ações desenvolvidas em sua trajetória pessoal e profissional. Tais características podem ser observadas no contexto documental dos fundos dos Presidentes da República, expresso nos guias dos acervos.

Os guias têm a finalidade de apresentar o conjunto documental aos seus usuários, possibilitando a identificação de fontes de informação nas pesquisas desenvolvidas na instituição. Uma vez publicados e disponíveis *on line*, possibilitam também a difusão editorial (BELLOTTO, 2014) da instituição. Se normalizados, também podem viabilizar o intercâmbio de informações.

Entre os fundos documentais custodiados pelo CPDOC/FGV, delimitou-se à análise dos guias dos fundos dos Presidentes da República, Getúlio Vargas, João Goulart e Tancredo Neves por serem pessoas que apresentam uma trajetória até a eleição à Presidência da República como elemento comum.

Assim, apresenta-se o problema de pesquisa do presente trabalho: quais são as características dos guias dos fundos dos Presidentes da República, Getúlio Vargas, João Goulart e Tancredo Neves, custodiados pelo CPDOC, expressas em seu contexto documental?

A partir da problemática estabelecida, o presente trabalho pretende, em termos gerais, analisar os guias dos fundos provenientes dos arquivos pessoais dos Presidentes da República, Getúlio Vargas, João Goulart e Tancredo Neves, custodiados pelo CPDOC.

Em termos específicos, pretende analisar os elementos descritivos utilizados pelo CPDOC na elaboração dos guias a luz da NOBRADE.

Na realização do presente trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, para fundamentação teórica do tema abordado; e a pesquisa documental para estudo do contexto documental dos guias, expresso nos anexos A, B e C.

Diante do exposto, os capítulos que seguem abordam a fundamentação teórica, que contempla a temática dos arquivos, dos arquivos privados e arquivos pessoais, e da descrição arquivística. Na sequência, apresenta-se o CPDOC/FGV, nos aspectos relacionados à finalidade e funcionamento, seguido do capítulo de análise dos guias. Por fim, apresenta-se as considerações finais do trabalho.

2 CONTEXTUALIZANDO ARQUIVOS PESSOAIS

2.1 Arquivos

Antes de adentrar-se na conceituação e contextualização dos Arquivos Pessoais, que são o enfoque principal deste Trabalho de Conclusão de Curso, importante conceituar arquivo no sentido amplo da palavra. Há varias designações de Arquivo e, somente para constar, cita-se como exemplos os seguintes significados: móvel utilizado para guarda de documentos; local onde o acervo será conservado; instituição de conservação de acervos, entre outros. Ou, de forma exemplificada mais completamente, utilizando-se a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística:

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte; instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; instalações onde funcionam arquivos; móvel destinado à guarda de documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 26)

No entanto, neste momento, buscar-se-á a definição mais geral de arquivo: Arquivo é o conjunto orgânico de documentos que, independentemente de sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por organismo público ou privado, no exercício de sua atividade e conservados a título de prova ou informação.

Não há como referir-se aos arquivos em sua definição mais geral, sem definir o objeto da arquivologia, qual sejam, os documentos, ou melhor, o conjunto documental sobre o qual atuará o Profissional Arquivista. Para tanto, a citação a seguir da Professora Bellotto (2005), mesmo extensa, demonstra-se completa ao esclarecer sobre o objeto da arquivologia, o qual divide em três partes, em ordem de importância, merece transcrição

O primeiro, o fundamental, é o arquivo como conjunto documental. Para sua caracterização teríamos uma infinidade de definições clássicas. Eu chamaria a atenção para a concepção do italiano Elio Lodolini, por ser bastante objetiva e significativa: arquivo como "sedimentação documentária das atividades administrativas, cujos documentos estão ligados por um vínculo original, necessário e determinado". Este é, portanto, o primeiro dos objetos da arquivologia: os conjuntos documentais, sejam os produzidos/acumulados por uma única entidade pública ou privada,

considerando-se os seus arquivos setoriais e centrais correntes, ou sejam aqueles de diversos órgãos públicos, quando terminado o seu uso primário passem a conviver, sob o mesmo "teto administrativo", seja de nível municipal, seja de estadual ou de federal, com outros conjuntos em arquivos mais abrangentes do tipo geral, intermediário ou permanente, desde que devidamente separados em fundos respectivos. Já se disse que esta é uma ciência de conjuntos. Realmente, só assim deve ser entendida a arquivologia: documentos contextualizados no seu meio genético de geração, atuação e acumulação. Ressalte-se com isso a primeira grande especificidade deste objeto essencial da arquivologia que são os arquivos entendidos como conjuntos: a sua organicidade. No entendimento claro de que arquivo não é coleção e sim acumulação sucessiva, orgânica e natural de documentos que possuem caracteres externos e internos bastante específicos, está a base da compreensão desta área profissional, sobretudo pelos que a ela não pertencem. O princípio da organicidade, aliado ao da unicidade do documento de arquivo e ao da indivisibilidade dos conjuntos documentais, cujos componentes - reitere-se - guardam relações orgânicas entre si, proporciona à arquivologia seu perfil único e inconfundível, dentre as ciências da informação. - O segundo objeto da arquivologia é o documento em si, como indivíduo. Pode parecer paradoxal, já que o peculiar da arquivologia é o tratamento dos documentos por conjuntos orgânicos. Porém, esse tratamento não será eficaz nem correto se se ignorar a estrutura de seus componentes. Aliás, é como documento único e isolado que se dá a geração e o trâmite. A organização e a guarda é que serão com base nos conjuntos lógicos que são as séries documentais. O documento possui seus caracteres externos e internos que não cabe analisar neste texto; enquadra-se em espécies, gêneros, categorias que os distinguem uns dos outros. Estas são classificações que, embora do campo da diplomática e da tipologia documental, passam à órbita dos estudos de gestão e de avaliação arquivísticas, quando se trate, por exemplo, de analisar fatores como os ligados à identificação do tipo documental dos documentos, tipo documental hoje concebido como a união da espécie-veículo com a atividade administrativa nela expressa. - O terceiro objeto é o arquivo como entidade, isto na área dos arquivos públicos. À sua direção cabe administrar a organização documental e cabe o inter-relacionar-se com os órgãos produtores, com os usuários e com a comunidade em geral. A par do processamento técnico e dos contatos burocrático-administrativos, cabe-lhe outro papel: o de ser um centro difusor de cultura. Sua presença na comunidade deve se fazer sentir, seja como aglutinador dos especialistas-pesquisadores das áreas atinentes ao seu acervo, seja como animador de atividades culturais locais, principalmente nas pequenas cidades. O arquivo público permanente, voltando-se para fora de suas paredes para inteirar-se com a população, inclusivamente quanto a angariar os documentos privados, testemunhos de histórias-de-vida, cumpre seu papel centralizador de informações da evolução administrativa e social do meio a que serve. Arquivos como conjuntos, documentos como indivíduos, arquivos como entidade: seu estudo, organização e difusão, se devidamente levados a cabo, possibilitam que o arquivista cumpra o seu objetivo profissional: o de proporcionar o acesso à informação a partir dos acervos colocados sob a sua responsabilidade. (BELLOTTO, 1989, p. 81 – 83).

A legislação arquivística também dispõe sobre o que deve ser considerado arquivo, como se vê nas Disposições Gerais do Capítulo I da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que em seu art. 2º define:

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Por último, e já adentrando nos arquivos privados, próximo item antes das referências sobre os arquivos pessoais, podem-se aproveitar os ensinamentos da Professora Marilena Leite Paes (2004, p. 20 e 22) que em sua obra "Arquivo: Teoria e Prática" afirma que os arquivos podem ser classificados quanto às características das organizações que os produzem, ou seja, quanto à entidade mantenedora em Arquivos Públicos (Federal (Central e Regional), Estadual e Municipal); Institucionais (Instituições educacionais, Igrejas, Corporações não-lucrativas e Sociedades/Associações); Comerciais (Firmas, Corporações e Companhias) e Familiares ou Pessoais.

2.2 Arquivos Privados

Inicia-se esse tópico, trazendo de imediato, a definição legal contida no artigo 11 da Lei 8.159/91, Art. 11 que assim define: “Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”¹.

No entanto, a letra fria da lei, mesmo os artigos mais claros, por vezes não apresentam a *mens legis*², ou seja o sentido que a lei possui e como foi proposta pelo legislador e deve ser entendida. Dessa forma, busca-se na pesquisa bibliográfica tal entendimento, como a palestra apresentada por Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco no 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia (Anais, 1976), onde explica o momento histórico em que os arquivos privados passaram a ser considerados importantes:

Quanto aos arquivos privados foi no decorrer do século XIX, que os historiadores e as sociedades científicas tomaram consciência da sua importância para a preservação da memória nacional. Chamaram a atenção dos proprietários de acervos para a necessidade de preservarem seus documentos pessoais e comunicarem sua existência. Mas foi somente em 1949, que o Arquivo Nacional da França, sob direção de Charles Braibant,

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm Acesso em 13/09/2015.

² Mens legis é um termo jurídico que se refere ao "espírito da lei". Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Mens_legis > Acesso em 22/11/2015

criou uma Comissão encarregada de estudar as medidas para assegurar a salvaguarda dos arquivos privados e sua valorização sob o enfoque dos estudos históricos. Formavam esta Comissão proprietários de arquivos privados, historiadores e arquivistas. O coroamento desta política deu-se, recentemente, por ocasião da doação ao Arquivo Nacional, em março de 1969, do acervo da Casa de Orleans pelo Conde de Paris. Em 1971 o Serviço de Arquivos Privados de França apresentou 318 fundos registrados sob a forma de doação, depósito ou de aquisição. (Anais. 1976, p.469)

Dentre vários conceitos obtidos na pesquisa bibliográfica, pode-se conceituar arquivo privado como aquele que reúne todos os documentos que foram produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, durante o exercício das funções destas, desde que elas não estejam regidas pelas regras do Direito Público.

No entanto, há que se mencionar, também, outras definições de arquivos privados (MASTROPIERRO, 2006): documentos das pessoas jurídicas de direito privado que são recebidos por instituições de caráter público ou, ainda, outras correntes que dividem seus entendimentos do que venham a ser os arquivos privados como, por exemplo, os anglo-saxões, que já os definem no próprio conceito dos arquivos em geral, como uma coleção organizada de registros comuns as atividades de um determinado negócio, governo, organização, instituição ou outros corpos corporativos ou papéis pessoais de um ou mais indivíduos, famílias ou grupos, retidos de forma permanente ou por um determinado período por seu criador ou sucessos devido ao seu permanente valor histórico, informativo, legal, administrativo e monetário.

Observa-se, na bibliografia especializada, que os especialistas da área de arquivologia também entendem os arquivos privados como um tipo especial de arquivo.

Existe, ainda, determinada categorização pelo local onde os arquivos privados se encontram, como por exemplo, o arquivo interno, descrito como aquele que existe uma empresa, organização ou instituição responsável pela conservação dos registros comuns a família e as vezes dos outros entes corporativos e indivíduos com quem está fortemente associada como um depósito externo (MASTROPIERRO, 2006).

Após tais considerações, pergunta-se novamente: Quais são os arquivos privados? Eis então que surgem duas correntes: a classificação do Arquivo Histórico Nacional da Espanha, que entende estar nesta categoria os arquivos pessoais e familiares (por serem acervos documentais a disposição do público) e a classificação

anglo-saxônica que distingue os arquivos de governo, por exemplo arquivos nacionais dos arquivos internos mantidos por uma instituição familiar e coleções de arquivos.

Aliás, para que não parem dúvidas sobre as diferenças fundamentais entre coleções de arquivo e fundos documentais, busca-se o esclarecimento da mestre Bellotto (2006, p. 253):

Se, no âmbito dos arquivos públicos, é preciso não confundir coleções com fundos de arquivo, na dos privados esse cuidado deve ser redobrado. Isto porque tal eventualidade pode ocorrer muito mais nesse domínio: é frequente que um particular “colecionador” documentos por motivos que vão desde o gosto pela raridade antiga até o querer posso ir - e não apenas consultar - os papéis que pretende analisar para ele elaborar trabalhos historiográficos. A “organicidade” estaria nesse aspecto e não no da produção, o que, positivamente, perde sentido diante da teoria arquivística. (BELLOTTO, 2006, p. 253):

Como anteriormente referido, os arquivos pessoais também estão incluídos no grupo dos arquivos privados, sendo assim, podendo ser tratado, por decorrência, como uma especialidade da arquivística.

2.3 Arquivos Pessoais

O destaque principal do presente trabalho são os arquivos pessoais, tipo de arquivo que compõe parte importante dos arquivos privados. A quantidade dos arquivos pessoais ainda é muito pequena, talvez pelo pouco hábito das pessoas conservarem os registros de suas atividades individuais. Todavia, desde o último século esta realidade vem num crescente, notadamente nas personalidades políticas, como os três Presidentes da República Federativa do Brasil aqui tratados. Outras personalidades da vida social e cultural também estão preservando sua documentação pessoal.

Mas, ainda há uma dificuldade nesse sentido, haja vista que determinados arquivos pessoais (de autoridades políticas, por exemplo) se confundem com as instituições onde desempenham ou desempenhavam suas funções, resultando que os arquivos pessoais se "misturam", ou melhor, são integrados aos arquivos da administração pública, perdendo, dessa forma, sua especificidade como arquivo pessoal.

Apesar de o referido ser o que mais ocorre, pode-se verificar que alguns arquivos pessoais se mantêm individualizados e que podem ser estudados na sua especificidade, como pode-se citar o próprio fundo Tarso Dutra que está na fase de criação de instrumentos de pesquisa no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, mesmo tendo sido adquirido por uma instituição pública. Reforçando, estes arquivos individualizados, mesmo tendo sido adquiridos por uma instituição pública, ainda podem ser considerados arquivos pessoais, portanto, arquivos privados especiais.

Refere-se, sobre arquivos pessoais, a contribuição de Bellotto (2005, p. 256 e 266):

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral dos arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidade ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os de gestão de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papéis ligados a vida familiar, civil, profissional e a produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento.

(...)

Pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividades de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentores de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTTO, 2005, p. 256 e 266)

Para este tópico, também existem duas correntes sobre a definição de arquivos pessoais (MASTROPIERRO, 2006): a primeira, dos espanhóis que entendem os arquivos familiares como os arquivos que contêm a documentação gerada ou reunida por uma pessoa ou grupo de pessoas vinculadas entre si por laços de parentesco durante sua vida, por sucessivas gerações ou como um marco das atividades pessoais e profissionais; a segunda, a corrente dos anglo-saxões que entendem os arquivos pessoais como uma categoria de coleções de documentos preparada para preservar os papéis privados em memória de uma ou mais pessoas de uma família ou de um grupo de famílias. Cabível o exemplo de que, nos Estados

Unidos, as bibliotecas presidenciais funcionam como arquivos dos acervos documentais dos seus Presidentes.

Merece destaque ainda, outros entendimentos pesquisados que definem arquivo pessoal como uma coleção de manuscritos privados e pessoais, que testemunham as motivações, inquietações e interesses da pessoa que as reuniu, sempre recordando a anterior explanação das diferenças entre coleções e arquivos.

Sobre os arquivos pessoais, diante das diversas definições pesquisadas, melhor a definição de Mastropierro (2006, p. 17) :

Reuniendo los aspectos que inferimos como los más pertinentes a la realidad del archivo personal a través de las definiciones trabajadas, concluimos que el archivo personal es una colección de documentos (escritos, cartas, notas, publicaciones, fotografías manuscritos, documentos legales, etc.) referidos a la actividad de una persona, preparada profesionalmente como testimonio para su memoria. Es casi superfluo decir que esta clasificación toma en cuenta al productor (el sujeto o persona a quien pertenece el archivo) en sí mismo, ya que no se diferencia la actividad del sujeto para calificar el archivo. (MASTROPIERRO, 2006, p. 17)

Bellotto (2014) no entanto, refere preocupação sobre a questão da transferência dos arquivos pessoais para uma instituição arquivística segura, em sua resenha "Reconsiderando os arquivos pessoais":

Outra grande preocupação dos arquivistas abordada no livro é a questão da transferência dos arquivos pessoais de seus domicílios para uma instituição arquivística segura. Isso poderá transformar-se em uma necessidade quando os documentos estiverem abandonados pela família ou ameaçados de dispersão, de destruição iminente ou qualquer outra situação de risco. Mas, fora isso, não seria o caso de deixá-los aos cuidados das famílias, apenas ajudando-as e orientando-as tecnicamente? E, em qualquer um dos casos, o procedimento seria o de preservá-los em sua totalidade? Submetê-los à avaliação? Como lidar com o mau estado de conservação em que muitos se encontram? Pode mesmo ser um dilema do arquivista ter de se posicionar entre “ajudar os amadores na preservação de seu próprio material de arquivo e a vontade de adquirir essas fontes para instituições arquivísticas onde elas poderão ser usadas com mais facilidade pelos pesquisadores”. É apontada a necessidade da existência de programas que busquem ajudar os indivíduos e as famílias a enfrentarem os desafios desse tipo de arquivamento. O cidadão comum que possuísse um arquivo familiar ou pretendesse organizar um, se tivesse a devida dedicação e motivação e se pudesse e quisesse adquirir as habilidades técnicas para classificar, descrever e preservar aqueles documentos, poderia e deveria ter esse tipo de programa ao seu dispor. Cox também chama a atenção para os aplicativos eletrônicos, cujo tratamento arquivístico tem preocupado frequentemente os profissionais da área. Afirma que “os norte-americanos, entre outros, estão utilizando um número cada vez maior de aplicativos eletrônicos, como os blogs e o YouTube para se expressarem e se documentarem”. Para ele, “podemos pensar nos sites de internet como uma espécie de catálogo de museu ou um instrumento arquivístico de pesquisa,

com a diferença de que os sites possuem maior potencial para a interatividade e, obviamente, maior potencial para aperfeiçoamentos relativos à 'linkagem' com outras fontes de informação (BELLOTTO, 2014, p. 210).

Repete-se, por fim, até mesmo para deleite dos profissionais de arquivo que estão se formando, que esta parte da arquivística que trata dos arquivos pessoais está em pleno desenvolvimento nos dias atuais, porquanto as pessoas estão despertando o interesse pelo lado histórico e cultural, visando manter e deixar seus registros através da criação de arquivos pessoais.

3 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Do mesmo modo como apresentado o tópico anterior e até mesmo para manter a continuidade necessária neste Trabalho de Conclusão de Curso, antes de adentrar-se na conceituação e contextualização da descrição arquivística dos Arquivos Pessoais, há que se falar dos arquivos de terceira idade, os arquivos com valor secundário, históricos, valiosíssimos ao pesquisador que busca localizar no tempo os fatos ocorridos da forma mais aproximada da verdade real. Ou seja, nesse momento o foco passa a ser os documentos permanentes e históricos.

NORA (1989, p. 13) já afirmava: "a memória moderna é, acima de tudo, arquivista".

Deve-se ter em conta, a relação entre a memória e a arquivologia, vemos os arquivos de outra forma, buscar o seu valor pedagógico, tornar os arquivos permanentes (citados erroneamente como arquivos mortos) como arquivos ativos, verdadeiros instrumentos para a busca da verdade e da justiça.

Retira-se de textos arquivísticos grandes estudos sobre como alcançar esse objetivo. No início, era mais comum fazer-se a distinção entre as técnicas de arquivo - correspondentes aos documentos e as técnicas da biblioteca - correspondentes às publicações. No entanto, Schellenberg (1959) se opôs a tal pensamento, pelo fato de ambas instituições trabalharem com a mesma classe de material, ou seja, o caráter geral de ambas é o mesmo. Arquivistas tem em seu *metier*, o trato com os documentos; os bibliotecários, além de suas outras funções, com a guarda dos manuscritos, porém ambos apresentam interesses por filmes, arquivos fotográficos e mapas, por exemplo.

O que determina a diferenciação é que as duas disciplinas se ocupam com diferentes "sortes de material". Então, pode-se dizer que o bibliotecário trabalha, principalmente, com as publicações, enquanto o arquivista realiza, sobretudo, o trato documental.

Por que devem os arquivos utilizarem-se, em parte, das técnicas de arquivo? Porque ambas possuem o mesmo objetivo, qual seja, tornar o material (publicações

ou documentos) acessível ao uso. Necessário adotar a mesma ordem de ação, arranjá-las e descrevê-las para que se prestem à consulta.

Com frequência, no decorrer da história, foram aplicadas técnicas biblioteconômicas em material documentário, como catalogação e classificação, chegando hoje a uma pequena distinção terminológica: na arquivologia, temos o arranjo e a descrição; na biblioteconomia, temos a classificação e catalogação.

Dito isso, parte-se para as noções do que é descrição arquivística. Trata-se de procedimento arquivístico que permite a localização de documentos existentes nos arquivos, através de instrumentos de pesquisa como guias (que estão tratados neste Trabalho de Conclusão de Curso), inventários, índices e catálogos. A descrição deve levar em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos.

Para padronizar a descrição arquivística o Conselho Internacional de Arquivo uma norma mundial de descrição de arquivo, cuja estruturação multinível vai do geral para o particular. É a chamada ISAD (G) - *General International Standart Archival Description* (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1999).

São princípios da descrição arquivística segundo a regra ISAD: do geral para o particular; informações relevantes devem ser descritas; deve haver relação entre as descrições e não se deve repetir a informação já descrita anteriormente.

Há também outras normas internacionais de descrição arquivística, como a ISAAR (CPF) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004), ISDIAH (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009), mas que não se faz necessário maior aprofundamento teórico neste trabalho, porquanto a norma a ser utilizada será a NOBRADE, sobre a qual já se faz um pequeno histórico.

Conforme mencionado na NOBRADE (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - BRASIL, 2006, p. 9), o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) publicou Portaria criando a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística, dando-se início aos estudos em busca da criação de norma brasileira que tivesse conformidade com as normas internacionais antes citadas e regulassem a adequação de procedimentos técnicos adotados no tratamento de arquivos em território nacional.

Em 2006, a norma brasileira de descrição arquivista brasileira é apresentada. A NOBRADE (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - BRASIL, 2006) visa facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional; proporcionar maior qualidade do trabalho técnico; contribuir para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas; estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas; estabelecer diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF);

Pode-se citar alguns dos seus principais objetivos: foi elaborada para ser utilizada preferencialmente na descrição de documentos da fase permanente, mas também pode ser aplicada nas fases corrente e intermediária; não há restrição de seu uso, devendo ser utilizada na descrição de qualquer documento, sem levar em consideração o suporte e o gênero; não preceitua formatos de entrada ou saída de dados em sistemas de descrição automatizados ou manuais; além das já referidas nas normas internacionais, quais sejam: atuação multinível; descrição do geral para o particular – objetivando representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes; informação relevante para o nível de descrição – com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição; relação entre descrições – com o objetivo de explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia; e a não repetição da informação – com o objetivo de evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas.

Esta norma prevê a existência de 8 (oito) áreas, contendo 28 elementos de descrição. As oito áreas (inclusão da 8ª área), uma a mais em relação à ISAD(G), são: 1) – área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição; 2) – área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição; 3) área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição; 4) – área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição; 5) – área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição; 6) – área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não

tenha lugar nas áreas anteriores; 7) – área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada; 8) – área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição. Dos 28 elementos de descrição, sete são obrigatórios, quais sejam: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso.

Como foi utilizada a NOBRADE para a análise dos instrumentos de pesquisa (Guia) para três Presidentes da República neste trabalho, ressalta-se outros aspectos importantes desses elementos de descrição obrigatórios, com base no estudo de Rodrigues (2011, p. 49), que apesar de pouco aprofundar-se nas questões de descrição, apresenta didaticamente os elementos contidos na NOBRADE:

- a) Código de referência • objetivo: identificar a unidade de descrição. • regra: efetuar o registro do código do país (BR), o código da entidade custodiadora e o código específico da unidade de descrição. Obs.: constitui um dos principais pontos de acesso à unidade de descrição, sendo composto de três partes principais, onde duas delas são determinadas, a priori, na sua configuração, pela Norma internacional, e devem estar presentes em todos os níveis de descrição, são elas: código do país e código da entidade custodiadora. Caso a entidade custodiadora permita acesso em mais de um endereço, deve-se registrar um código específico para cada subunidade custodiadora existente.
- b) Título • objetivo: identificar nominalmente a unidade de descrição. • regra: registrar o título da unidade de descrição. Obs.: deve-se registrar o título original. Caso isso não seja possível, deve-se atribuir um título elaborado a partir de elementos de informação presentes na unidade que está sendo descrita, obedecidas as convenções previamente estabelecidas.
- c) Data(s) • objetivo: informar a(s) data(s) da unidade de descrição. George Melo Rodrigues 52 • regra: fornecer obrigatoriamente a(s) data(s) de produção da unidade de descrição. Opcionalmente, devem-se registrar outras datas crônicas pertinentes, como data(s) de acumulação ou data(s)-assunto. Caso seja relevante, deve-se efetuar também a(s) data(s) tópica(s) de produção da unidade de descrição. Obs.: Esse elemento de descrição é obrigatório no que tange a data crônica, contudo, em âmbito nacional, a obrigatoriedade recai sobre a(s) data(s) de produção.
- d) Nível de descrição • objetivo: identificar o nível da unidade de descrição em relação às demais. • regra: registrar o nível da unidade de descrição. Obs.: São seis os principais níveis de descrição da NOBRADE: • nível 0 = acervo da entidade custodiadora; • nível 1 = fundo ou coleção; • nível 2 = seção; • nível 3 = série; • nível 4 = dossiê ou processo; • nível 5 = item documental. Além dos níveis descritos anteriormente, são admitidos também os seguintes níveis intermediários: • nível 0,5 = acervo da subunidade custodiadora; • nível 2,5 = subseção; • nível 3,5 = subsérie.
- e) Dimensão e suporte • objetivo: identificar as dimensões físicas ou lógicas e o suporte da unidade de descrição. • regra: registrar a dimensão física ou

lógica da unidade de descrição, relacionando esse dado ao respectivo suporte. Obs.: constitui informação estratégica para planos de pesquisa e gestão do acervo.

f) Nome(s) do(s) produtor(es) GESTÃO DE DOCUMENTOS 53 • objetivo: identificar o(s) produtor(es) da unidade de descrição. • regra: registrar a(s) forma(s) normalizada(s) do(s) nome(s) da(s) entidade(s) produtora(s) da unidade de descrição. Obs.: a indicação do nome do produtor corresponde à afirmação do princípio da proveniência.

g) Condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1) • objetivo: fornecer informação sobre as condições de acesso à unidade de descrição e, existindo restrições, em que estatuto legal ou outros regulamentos se baseiam. • regra: informar se existem ou não restrições de acesso à unidade de descrição. Em caso afirmativo, indicar o tipo de restrição, a norma legal ou administrativa em que se baseia e, se for o caso, o período de duração da restrição. Quando a restrição for relativa a uma parte da unidade que está sendo descrita, identificar, ainda que sumariamente, a parcela que sofre restrição. Obs.: recomenda-se a padronização dos tipos de restrição.³

O instrumento de pesquisa utilizado neste Trabalho de Conclusão de Curso, foi o Guia. Inicialmente, algumas considerações sobre este instrumento: Trata-se de aparato descritivo mais abrangente, mais genérico, permitindo uma visão panorâmica do acervo, com informações sobre o histórico, natureza, estrutura, período e quantidade de cada fundo.

Lopez (2002, p. 23), registra em seu trabalho o seguinte sobre este instrumento de pesquisa:

O guia é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo. No guia deverão constar todos os dados básicos necessários para orientar os consulentes, desde as informações práticas — tais como o endereço da instituição, os telefones, o horário de atendimento etc. — até as informações específicas sobre o acervo, como por exemplo os fundos e as coleções que ele possui, seu nível de organização, as condições físicas e jurídicas do acesso, as possibilidades de reprodução de documentos etc. O guia também deve conter uma pequena introdução que apresente o histórico da instituição e explique o processo pelo qual seu acervo foi formado. Através do guia, o pesquisador poderá programar sua visita, sabendo exatamente quais são as condições de consulta, quais conjuntos documentais são pertinentes para seus interesses de pesquisa e quais são as condições de acesso. Ele será o primeiro instrumento solicitado por qualquer consulente familiarizado com os procedimentos técnicos do arquivo. Por ser o principal instrumento de divulgação, o guia permite diversas propostas para sua elaboração e apresentação. Algumas instituições fazem guias extremamente elaborados, repletos de imagens coloridas, impressos em papel de alta qualidade, com encadernações luxuosas, acrescidos de textos complementares etc. Por outro lado, existem instituições que optam pela elaboração de instrumentos mais técnicos, em formatos modestos - geralmente compostos por algumas folhas grampeadas ou encadernadas -, contendo apenas as informações mínimas necessárias, mas nem por isso menos importantes. Na realidade, o fundamental é que as informações básicas estejam presentes, de modo

³ RODRIGUES, George Melo, Gestão de Documentos, 2011.

claro e acessível para o pesquisador. A confecção de guias mais elaborados (e custosos) é uma opção que cabe à política de divulgação da instituição. Porém é importante tomar cuidado para que a produção de um guia não seja retardada devido à elaboração de um projeto “faraônico”.

BELOTTO (2005, p. 191):

Na família dos instrumentos de pesquisa o guia é o mais abrangente e o mais "popular", pois está vazado numa linguagem que pode atingir também o grande público e não especificamente os consulentes típicos de um arquivo: historiadores e administradores. A estes devem ser fornecidos, com detalhamento progressivo, além do guia, instrumentos de pesquisa mais específicos e determinados.

Por fim, interessante dispor neste trabalho a visão da mesma estudiosa de arquivos que, em 1991, já afirmava a importância dos instrumentos de pesquisa arquivística e referia o Guia como tendo por finalidade dar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo de modo a permitir ao pesquisador saber quais são seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe e quais as fontes complementares.

4 O CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Conforme mencionado anteriormente, na introdução, a presente pesquisa pretende analisar os Guias dos Fundos de três dos Presidentes da República, custodiados pelo CPDOC/FGV. Esta instituição foi criada em junho de 1973, com o propósito de “abrigar conjuntos documentais importantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação” (CPDOC/FGV - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2015).

Ainda sobre o CPDOC cabe salientar:

Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos no Guia dos Arquivos, constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje totalmente informatizada por meio do sistema *Accessus*⁴, são tarefas primordiais do Centro. Os documentos desse acervo estão sendo progressivamente disponibilizados pela Internet. (CPDOC/FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2015)

Ainda que o objetivo seja único, resgatar e salvaguardar a história, a diversidade entre os universos domésticos e institucionais desafiam pelas diversas variáveis de produção e acumulação de registros de natureza pessoal, delimitando assim, a necessidade de abarcar de forma uma um conjunto entre o individual e coletivo, a memória e a história, os arquivos e as coleções.

No 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco⁵ (1976, p. 472) informa:

Para a realização de suas finalidades, o Centro vem organizando um acervo de documentação histórica composto de arquivos privados de *homens públicos*, através dos quais é possível enriquecer com novas informações um período até então não coberto de forma sistemática pela pesquisa histórica. (FRANCO, 1976, p. 472)

⁴ Sistema *Accessus* é a base de dados *on line* do CPDOC.

⁵ CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 3., 1976, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: Associação de arquivistas brasileiros, 1979. p. 472. Disponível em: http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2013/07/3_cong_76-programas2.pdf Acesso em 11/09/2015.

Os primeiros fundos a serem doados ao CPDOC foram os do presidente Getúlio Vargas e o de Oswaldo Aranha, em junho e outubro de 1973, respectivamente.

As dificuldades encontradas pela equipe do CPDOC para organizar os arquivos recebidos, fizeram com que fosse necessária a produção de uma metodologia própria, visto que como já foi falado no capítulo anterior, a primeira norma de descrição arquivística ISAD-G só foi publicada em 1994.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de especialista em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos, intitulado De procedimentos a metodologia: Políticas de Arranjo e Descrição nos arquivos privados pessoais do CPDOC, Martina Spohr Gonçalves⁶ relata que as dificuldades encontradas pela Coordenadora do Setor de Documentação, Célia Reis Camargo deram origem a uma metodologia própria:

A dificuldade apontada por Célia Reis Camargo acarretou na construção de uma metodologia própria, que ganhou o nome de “Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos”, produzida em 1980, sete anos após o início das atividades do Centro. A segunda versão foi produzida em 1986, e denominada como “Procedimentos técnicos em arquivos privados”, a terceira, feita em 1994, chamada de “Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados” e a quarta e última, de 1998 possui o título que estamos utilizando para caracterizar o nosso objeto “Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC”. Observamos na própria terminologia utilizada nos títulos das versões da metodologia uma indicação de mudança na percepção científica do Centro quanto ao conteúdo desse trabalho. A última versão adota o termo “metodologia” o que indica uma maior sistematização das concepções produzidas pelo CPDOC enquanto as anteriores utilizam o termo “procedimento”, o que indica uma percepção mais interna e menos sistematizada. Este breve histórico nos permite pensar como e porque foram criados procedimentos para a organização dos arquivos do CPDOC. (GONÇALVES, 2007, p. 16)

Os guias do acervo do CPDOC ainda hoje, quase dez anos após a publicação da NOBRADE, publicada em 2006, ainda não apresentam os elementos de descrição exigidos pela norma. Compreende-se assim que permanecem conforme os procedimentos e metodologia próprios citados acima, segundo os quais foram organizados.

⁶ SPOHR, Martina Gonçalves. De procedimentos a metodologia: políticas de arranjo e descrição nos arquivos privados pessoais do CPDOC. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6962> Acesso em 17/11/2015.

Os três guias utilizados na presente pesquisa encontram-se disponibilizados nos anexos, conforme segue: **ANEXO A** – Guia dos Arquivos do CPDOC - Getúlio Vargas, **ANEXO B** – Guia dos Arquivos do CPDOC- João Goulart e **ANEXO C** – Guia dos Arquivos do CPDOC – Tancredo Neves

5 ANÁLISE DOS GUIAS

Observando-se os guias dos Presidentes da República, Getúlio Vargas, João Goulart e Tancredo Neves do CPDOC/FGV, percebe-se um certo padrão dos elementos descritivos dos guias entre si, (ver Quadro 1) com exceção da data de falecimento que não aparece no guia de João Goulart, e do histórico, que não é apresentado nos guias de Getúlio Vargas e de Tancredo Neves.

Quadro 1: Elementos descritivos dos guias do CPDOC/FGV

Elementos de Descrição dos Guias do CPDOC/FGV	Getúlio Vargas	João Goulart	Tancredo Neves
Nome do produtor			
Sigla do Fundo			
Dados Bibliográficos			
Titular			
Filiação			
Nascimento			
Cônjuge			
Falecimento		X	
Formação Acadêmica			
Principais Atividades			
Outras Atividades			
Documentos Textuais			
Documentos Impressos			
Documentos Audiovisuais			
Histórico	X		X
Análise da documentação			
Descrição do Conteúdo das Séries			
Título das Séries			
Datas-limite			
Total de Documentos			

Fonte: autor.

A não normalização dos guias como instrumento de pesquisa, mesmo quase dez anos após a publicação da NOBRADE, conforme já falado no capítulo anterior, torna necessário analisar os guias procurando os elementos descritivos que correspondam à norma brasileira para uma possível atualização.

Para uma melhor visualização da pesquisa foi necessária a elaboração de quadros demonstrando as relações entre os elementos de descrição da NOBRADE e o conteúdo encontrado nos guias (ver Quadros de 2 a 9).

No caso da sigla utilizada nos guias, (ver Quadro 2) embora possa-se atribuir equivalência entre ela e o código de referência, observa-se a necessidade de complementar este elemento, uma vez que não apresenta o código do país (BR), nem o código da entidade custodiadora (CPDOC), apresentando somente o código específico da unidade de descrição. Tais códigos, atualmente, por regra na NOBRADE deveriam ter sido obrigatoriamente registrados.

Quadro 2: Equivalência entre elementos descritivos

Elementos descritivos CPDOC/FGV	Elementos descritivos NOBRADE
Sigla	Código de Referência
JG	BR CPDOC JG

Fonte: autor.

5.1 Guia do Fundo Getúlio Vargas

No guia *on line* de Getúlio Vargas (Anexo A), na Área de Identificação (ver Quadro 3) encontrou-se a sigla GV equivalendo ao elemento de descrição *Código de Referência*. O elemento de descrição não está de acordo com a NOBRADE pois não apresenta as três partes principais, ou seja, o código do país (BR) e o código da entidade custodiadora, apresentando somente a sigla GV que pode ser atribuída ao código específico da unidade de descrição.

O elemento *Título* é apresentado como Getúlio Vargas, em conformidade com a NOBRADE, identificando nominalmente a unidade de descrição.

Quanto ao elemento de descrição *Data*, foi encontrada somente a data de produção, ou seja, 1950-1999, mas mesmo assim ela não aparece na área de identificação do guia, sendo encontrada no final do guia nas datas-limite dentro do campo Descrição do Conteúdo das Séries.

O elemento *Nível de Descrição* será abordado ao final do capítulo.

Ainda na Área de Identificação, em *Dimensão e Suporte*, onde é necessário identificar as dimensões físicas ou lógicas e o suporte da unidade de descrição. É possível verificar que as dimensões do gênero textual apresentado como Documentos Textuais, que apresentam 28.675 manuscritos estão descritas em itens, enquanto o mais adequado seria em metros lineares. O gênero bibliográfico aparece como Documentos Impressos e contém livros, periódicos, exemplares de periódicos e artigos de periódicos, todos descritos em itens, que poderiam ser descritos em itens ou em metros; o gênero iconográfico, filmográfico e o gênero sonoro são apresentados como Documentos Audiovisuais contendo cartões postais, cartões postais mais fotos, cartazes, 1 desenho e 1.247 fotos, devidamente descritas como itens, 6 filmes e 102 discos.

Quadro 3: Área de Identificação – Getúlio Vargas

NOBRADE		Conteúdo do Guia
1	Área de identificação	
1.1	Código de referência	GV
1.2	Título	Getúlio Vargas
1.3	Data	Dentro da descrição do conteúdo das séries: 1886-1977
1.4	Nível de descrição	Não há.
1.5	Dimensão e suporte	Documentos Textuais Manuscritos - 28675 Documentos Impressos Livros - 563 Periódicos - 52 Exemplares de Periódicos - 134 Artigos de Periódicos - 40 Documentos Audiovisuais Iconografia cartão postal – 12 cartão postal + foto - 12 cartaz – 1 desenho – 1 foto – 1247 Imagens em movimento filme – 6 Som disco - 102

Fonte: autor.

A Área de Contextualização (ver Quadro 4) apresenta Getúlio Dornelles Vargas como elemento *Nome do Produtor*, enquanto que a regra é registrar a forma normalizada do nome da entidade produtora da unidade de descrição. Nesse caso, deveria ser Vargas, Getúlio, 1919-1976, ou também outra forma Vargas, Getúlio Dornelles.

O elemento de descrição *História Administrativa/Biografia* da pessoa produtora deve ser registrado de maneira concisa, porém, é descrita no guia de GV

como Dados Biográficos, Formação Acadêmica e Atividades Principais elencados um abaixo do outro e não através de uma resenha. Somente Outras Atividades é descrito dessa forma.

Os elementos descritivos da NOBRADE *História Arquivística e Procedência* também serão abordados ao final do capítulo.

Quadro 4: Área de Contextualização – Getúlio Vargas

NOBRADE		Conteúdo do Guia
2	Área de contextualização	
2.1	Nome(s) dos produtor(es)	Titular: Getúlio Dornelles Vargas
2.2	História Administrativa/ Biografia	<p>Dados Biográficos Filiação: Manuel do Nascimento Vargas e Cândida Dornelles Vargas Nascimento: 19/4/1882, São Borja, RIO GRANDE DO SUL, Brasil Cônjuge: Darci Sarmanho Vargas Falecimento: 24/8/1954, Rio de Janeiro, RIO DE JANEIRO, Brasil</p> <p>Formação Acadêmica Ensino Superior (graduação), Direito, Faculdade de Direito, Porto Alegre (RS), 1907</p> <p>Principais Atividades Deputado estadual, Partido Republicano Riograndense 1909, 1921 Deputado federal, Partido Republicano Riograndense 1923, 1926 Ministro de Estado, Ministério da Fazenda 1926, 1927 Presidente de estado, Governo do estado do Rio Grande do Sul 1928, 1930 Presidente da República, Presidência da República 1930, 1945 Senador, Partido Social Democrático 1946, 1949 Senador constituinte, Assembleia Nacional Constituinte de 1946 1946, 1946 Presidente da República, Presidência da República 1951, 1954</p> <p>Outras Atividades Quando deputado federal pelo PRR foi líder da bancada gaúcha. Fundador do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB (1945); senador à Assembleia Nacional Constituinte de 1946 pelo Partido Social Democrático-PSD do Rio Grande do Sul. Teve seus discursos publicados nos livros "A nova política do Brasil", em 11 volumes (1938-1947), e "O governo trabalhista do Brasil", em quatro volumes (1952-1969).</p>
2.3	História arquivística	Não há.
2.4	Procedência	Não há.

Fonte: autor.

Na Área de conteúdo e estrutura (ver Quadro 5) o elemento de descrição *Âmbito* (contexto histórico e geográfico) e *Conteúdo* (tipologia documental, assunto e estrutura da informação) da unidade de descrição é apresentado dentro do campo *Análise da Documentação*

Também dentro de *Análise da Documentação* está presente o elemento de descrição *Sistema de Arranjo* do fundo, no que é relacionado à organização das séries, apresentando somente em 4 séries, a saber: **Correspondência, Campanha de 1950, Miscelânea e Recortes de Jornais**.

No campo do guia GV chamado *Descrição do Conteúdo das Séries*, em que aparecem as datas-limite de cada série e o total de documentos contido em cada uma delas. Foram encontradas as seguintes inconsistências: observou-se na relação somente as séries **Correspondência e Miscelânea**, as séries **Campanha de 1950 e Recortes de Jornais** não foram contempladas. Aparecem ainda, *Campanha*

Eleitoral (possivelmente seja a série Campanha de 1950), *Confidencial*, *Correspondência diversa*, *Discos*, *Documentos complementares*, *Filmes*, *Fotografias*, *Remessa suplementar* e *Remessa suplementar 2*, as quais não fazem parte da listagem das 4 séries existentes.

Quadro 5: Área de Conteúdo e estrutura – Getúlio Vargas

NOBRADE		Conteúdo do Guia
3	Área de conteúdo e estrutura	
3.1	Âmbito e conteúdo	Dentro de Análise da Documentação: [...] Os documentos possibilitam a recuperação da trajetória pública do titular, focalizando todos os eventos políticos ocorridos entre as décadas de 1930 a 1950. O material anterior a 1930 trata basicamente de questões familiares e da política municipal e estadual sul-riograndense. São poucos os registros relativos à atuação de Getúlio Vargas como deputado estadual, federal, ministro da Fazenda e presidente do Rio Grande do Sul. Os documentos dos anos 1929-1930 cobrem satisfatoriamente a unificação da política gaúcha, a formação da Aliança Liberal e as articulações político-militares que culminaram com a Revolução de 1930, embora apresentem informações descontinuas sobre a eclosão do movimento. Existem ainda registros significativos sobre o período de 1930 a 1937. A formação do governo provisório, as crises políticas nas interventorias paulista e gaúcha, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a questão dos exilados, as crises políticas das interventorias do Norte, os trabalhos de preparação da Constituinte, as eleições estaduais e o movimento comunista de 1935 encontram-se bem documentados. Há também muitos dados sobre o papel do Brasil no caso da pacificação da região do Chaco, a Missão Sousa Costa e o tratado comercial Brasil-Estados Unidos. Estão igualmente bem retratadas as articulações para a sucessão presidencial de 1937, as negociações e tentativas de acordo entre o governo federal e as forças gaúchas, o rompimento entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas e a conjuntura político-militar que culminou com o golpe do Estado Novo. O material que abrange o período 1937 a 1945 focaliza basicamente as relações internacionais. Destacam-se informações sobre o estreitamento de relações entre o Brasil e os Estados Unidos, os acordos e ajudas técnico-militares, o rompimento com os países do Eixo e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O arquivo fornece ainda subsídios para a pesquisa sobre as relações do Brasil com os países da América do Sul, o posicionamento desses países diante do conflito internacional e as questões políticas internas e externas do Uruguai e da Argentina. Ainda em relação ao período 1937-1945, o arquivo reúne registros significativos sobre a implantação da siderurgia no Brasil, a reunião de Bretton Woods, a Missão Sousa Costa e a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos. No que se refere à política interna, encontram-se elementos sobre atividades policiais e algumas crises em interventorias e ministérios, bem como a respeito das reformas constitucionais, das articulações oposicionistas e da formação dos partidos nacionais. As informações do período que se estende de 1946 a 1950 concentram-se na correspondência de Getúlio Vargas - que se encontrava em São Borja - com diversos líderes políticos nacionais em torno de questões vinculadas fundamentalmente ao PTB. Existem também documentos relativos ao "impeachment" de Ademar de Barros, ao cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil-PCB e à cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos por essa legenda. A sucessão presidencial de 1950 constitui um dos registros mais importantes do arquivo. As articulações em torno de uma candidatura pessedista, a Fórmula Mineira, a Fórmula Jobim, as diferentes tentativas de lançamento de um candidato de "união nacional", o surgimento da candidatura Cristiano Machado e o apoio de Ademar de Barros a Getúlio Vargas são temas que ocupam grande parte da correspondência da época. Há, contudo, pouco material sobre as tentativas para impedir a posse de Vargas e sobre a política partidária em geral. Com relação ao segundo período presidencial, os documentos veiculam temas basicamente administrativos de autarquias, empresas, superintendências e ministérios. Os documentos audiovisuais permitem acompanhar a trajetória pública e privada de Getúlio Vargas e os principais aspectos da vida política nacional durante os dois períodos de seu governo. Constam também do arquivo cartões-postais editados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP. Os filmes apresentam eventos e realizações importantes do primeiro período de sua vida pública, destacando-se duas produções em cores realizadas durante o Estado Novo e a campanha presidencial de 1950. Existe ainda um filme de Getúlio Vargas em companhia de seus pais. Encontram-se no arquivo discos com músicas alusivas a Vargas, à Segunda Guerra Mundial, às legionárias e ao PTB, além de pronunciamentos políticos, ressaltando-se os proferidos pelo titular durante o Estado Novo e a campanha presidencial de 1950. Constam do material impresso entrevistas e discursos de Getúlio Vargas pronunciados durante os dois períodos em que ocupou a presidência da República, destacando-se "A nova política do Brasil" (1938-1947, 11 v.) e "O governo trabalhista do Brasil" (1952-1968, 4 v.). [...]
3.4	Sistema de Arranjo	Dentro de Análise da Documentação: O arquivo está organizado em 4 séries: Correspondência, Campanha de 1950, Miscelânea e Recortes de Jornais.[...]

Fonte: autor.

A Área de condição de acesso e uso será tratada no final do capítulo.

5.2 Guia do Fundo João Goulart

Quanto ao Guia do Fundo João Goulart (Anexo B), o quadro de demonstração foi elaborado de maneira um pouco diferente, pois apresenta uma terceira coluna chamada Apêndice C – Exemplos da NOBRADE, visto que foi encontrado durante a pesquisa, nos apêndices da referida norma um exemplo completo do Nível fundo, ou seja, nível 1, com as informações pertinentes a cada elemento de descrição.

A Área de identificação (ver Quadro 6) do guia apresenta a sigla JG, não sendo usado o *Código de Referência*, da mesma maneira que no guia de GV.

O *Título* aparece como João Goulart, em conformidade com a NOBRADE, identificando nominalmente a unidade de descrição;

Referente à *Data* foi encontrada somente a data de produção, que é obrigatória, ou seja, 1950-1999, mas mesmo assim não aparece explícita, podendo ser encontrada através das datas-limite no campo Descrição do Conteúdo das Séries (ver Anexo B, campo Descrição do conteúdo das Séries, datas-limite). Frise-se que a maior data-limite encontrada é 1999, enquanto que no exemplo da NOBRADE encontra-se 1975 (ver Quadro 6, coluna Apêndice C – Exemplos da NOBRADE);

O elemento *Nível de Descrição* será abordado ao final do capítulo.

No elemento *Dimensão e Suporte*, onde é necessário identificar as dimensões físicas ou lógicas e o suporte da unidade de descrição é possível verificar que as dimensões do gênero textual apresentado como Documentos Textuais, estão descritas em itens, 567 manuscritos, enquanto o mais adequado seria em metros lineares; o gênero bibliográfico aparece como Documentos Impressos e contém livros, periódicos, exemplares de periódicos e artigos de periódicos, todos descritos em itens, poderiam ser descritos em itens ou em metros; o gênero iconográfico apresentado como Documentos Audiovisuais tem 136 fotos, devidamente descritas como itens.

Quadro 6: Área de identificação – João Goulart

NOBRADE		Conteúdo do Guia	Apêndice C - Exemplos na NOBRADE
1	Área de identificação		
1.1	Código de referência	JG	BR CPDOC JG
1.2	Título	João Goulart	Arquivo João Goulart
1.3	Data	Dentro da descrição do conteúdo das séries: 1950 -1999	1950-1975
1.4	Nível de descrição	Não há.	(1) fundo
1.5	Dimensão e suporte	Documentos Textuais Manuscritos - 567 Documentos Impressos Livros - 8 Periódicos - 7 Exemplares de Periódicos - 8 Artigos de Periódicos - 8 Documentos Audiovisuais Iconografia foto - 136	Textuais 1 m; Bibliográficos 0,10 m; Iconográficos 136 fotografias

Fonte: autor.

A Área de contextualização (ver Quadro 7 e 8) apresenta João Belchior Marques Goulart como *Nome do Produtor*, enquanto que a regra é registrar a forma normalizada do nome da entidade produtora da unidade de descrição, nesse caso, poderia ser Goulart, João, 1919-1976, ou ainda outras formas como Jango ou Goulart, João Belchior Marques, conforme o exemplo da NOBRADE (ver Quadro 7, coluna Apêndice C – Exemplos da NOBRADE);

A *História Administrativa/Biografia* da pessoa produtora deve ser registrada de maneira concisa, normalmente através de uma resenha, como já foi citado nos resultados do guia de GV. Porém, neste guia do JG é apresentada como uma relação composta de Dados Biográficos, Formação Acadêmica, Atividades Principais e Outras atividades e, com exceção desta última, que é descrita como uma resenha. As outras todas estão registradas uma abaixo da outra (Ver Quadro 6 – coluna Conteúdo do Guia e Anexo B) e não contempla a data de falecimento do produtor. JG morreu em 6/12/1976, em Mercedes, Província de Corrientes, Argentina;

Já o elemento de descrição *História Arquivística*, que visa dar informações de referência sobre a história da produção e da acumulação da unidade, bem como da sua custódia, está apresentado em forma de resenha apresentada no guia como Histórico;

Também dentro do campo Histórico pode ser identificada a origem imediata de aquisição da unidade de descrição, porém os dados não conferem com os que servem de exemplo do elemento de descrição *Procedência* na NOBRADE, (ver Quadro 7).

Quadro 7: Área de Contextualização – João Goulart

NOBRADE	Conteúdo do Guia	Apêndice C - Exemplos na NOBRADE
2	Área de contextualização	
2.1	Nome(s) dos produtor(es)	Titular: João Belchior Marques Goulart
		Goulart, João; Outras formas - Jango; Goulart, João Belchior Marques

Fonte: autor.

Área de Contextualização – João Goulart continua na próxima página.

Quadro 8: Área de Contextualização – João Goulart – cont.

NOBRADE	Conteúdo do Guia	Apêndice C - Exemplos na NOBRADE
2.2 História administrativa/ Biografia	<p>Dados Biográficos</p> <p>Filiação: Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart</p> <p>Nascimento: 1/3/1919, São Borja, RIO GRANDE DO SUL, Brasil</p> <p>Cônjuge: Maria Teresa Fontela Goulart</p> <p>Formação Acadêmica</p> <p>Ensino Superior (graduação), Direito, Faculdade de Direito, Porto Alegre (RS), 1939</p> <p>Principais Atividades</p> <p>Deputado estadual, Partido Trabalhista Brasileiro 1946, 1950</p> <p>Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro 1951, 1951</p> <p>Secretário estadual, Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul 1951, 1952</p> <p>Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro 1952, 1953</p> <p>Presidente, Partido Trabalhista Brasileiro 1952, 1964</p> <p>Ministro de Estado, Ministério do Trabalho 1953, 1954</p> <p>Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro 1954, 1954</p> <p>Presidente, Senado Federal 1956, 1961</p> <p>Vice-presidente da República, Presidência da República 1956, 1961</p> <p>Chefe de delegação, Conferência Internacional do Trabalho 1958,</p> <p>Chefe de delegação, Conferência da Organização Internacional do Trabalho 1960, 1960</p> <p>Presidente da República, Presidência da República 1961, 1964</p> <p>Vice-presidente da República, Presidência da República 1961, 1961</p> <p>Outras Atividades</p> <p>Co-proprietário do jornal "Uruguai", de São Borja (RS); presidente do diretório do PTB, em São Borja (1946); presidente do diretório e da comissão executiva estaduais do PTB-RS (1950-1954); um dos articuladores da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República (1950); membro da delegação econômica enviada ao Leste europeu e ao Oriente, inclusive à República Popular da China (1961); um dos articuladores da Frente Ampla (1966); com o fim dessa Frente (1967), dedica-se à administração de suas propriedades localizadas no Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil.</p>	<p>Nasceu em 1º de março de 1919, no município de São Borja, no Rio Grande do Sul (Brasil), filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Seu pai, estancieiro em São Borja, era um dos proprietários da firma Vargas, Goulart, Gomes e Cia Ltda. Em 1939, formou-se em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre (RS), mas não exerceu a profissão. Em 1943, com a morte do pai, tornou-se responsável pela gestão dos negócios da família. Em 1945, após a eleição de Eurico Dutra para Presidência da República, Jango ingressa na política através do presidente deposto Getúlio Vargas, participando da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, do Rio Grande do Sul, do qual seria posteriormente presidente regional e nacional. Foi deputado estadual e presidente do PTB, no Rio Grande do Sul, de 1946 a 1950. Foi um dos principais articuladores da campanha de Vargas à Presidência da República, em 1950. Entre os anos 1950 e 1960, foi uma das grandes lideranças políticas do país, tendo chegado à Presidência da República, após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, do qual era vice. Em 1964, foi deposto por um golpe de Estado, tendo se exilado no Uruguai. No exílio, além de se dedicar atividades de empresário, foi um dos integrantes da chamada Frente Ampla, movimento político que articulou as principais lideranças políticas brasileiras, de oposição ao regime militar. Morreu em dezembro de 1976, em uma de suas fazendas, na Argentina.</p>
2.3 História arquivística	<p>Histórico</p> <p>Com o exílio do ex-presidente João Goulart, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o Prof. Luiz Alberto Muniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias, parte da documentação para elaboração do seu livro O governo Goulart. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa, Beatriz Riff, no dia 28 de Junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. E, finalmente, os documentos que ficaram com o Prof. Muniz Bandeira, foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponível para consulta. Comenta-se ainda sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das propriedades do titular, que teria sido visto por Muniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.</p>	<p>Com o exílio do ex-presidente João Goulart, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o Prof. Luiz Alberto Muniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias, parte da documentação para elaboração do seu livro O governo Goulart. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa, Beatriz Riff, no dia 28 de Junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. E, finalmente, os documentos que ficaram com o Prof. Muniz Bandeira, foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponível para consulta. Comenta-se ainda sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das propriedades do titular, que teria sido visto por Muniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.</p>
2.4 Procedência	<p>Em Histórico: [...] Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa, Beatriz Riff, no dia 28 de Junho de 1990. [...], finalmente, os documentos que ficaram com o Prof. Muniz Bandeira, foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo. [...]</p>	<p>Parcela doada por Raul Riff, por meio de contrato em 1989; parcela doada por Luiz Alberto Muniz Bandeira em março de 2003.</p>

Fonte: autor.

Na Área de conteúdo e estrutura (ver Quadro 9) o elemento de descrição *Âmbito e Conteúdo* da unidade de descrição está apresentado no campo *Análise da Documentação*;

Também dentro do campo da *Análise da Documentação* está presente o *Sistema de Arranjo* do fundo, no que é relacionado à organização das séries, porém,

apresenta somente 9 séries, a saber: **Documentos pessoais; Presidente do diretório do PTB/RS; Presidente do PTB; Ministro do Trabalho; Vice-Presidente da República; Presidente da República; Exílio; Post-Mortem e Recortes de Jornais**, enquanto que no exemplo do elemento de descrição Sistema de Arranjo da NOBRADE, são apresentadas 11 séries: As citadas acima acrescidas de **Fotografias e Bibliográficos** (ver Quadro 9). Tal inconsistência demonstra que apesar do CPDOC ter o fundo JG normalizado e usado como exemplo na NOBRADE, no Guia de JG não houve atualização.

Quanto ao campo Descrição do Conteúdo das Séries do guia de JG (ver Anexo B), onde aparecem as datas-limite de cada série e o total de documentos contido em cada uma delas, percebe-se algumas inconsistências tais como: o nome da série Presidente do diretório do PTB/RS está errado, aparecendo como Presidente do PTB/RS; a série **Recortes de Jornais** não foi contemplada e está descrita uma série *Fotografias*, a qual não aparece na listagem das 9 séries informadas anteriormente (ver Anexo B, campo Descrição do Conteúdo das Séries).

Quadro 9: Área de Conteúdo e Estrutura – João Goulart

NOBRADE		Conteúdo do Guia	Apêndice C - Exemplos na NOBRADE
3	Área de conteúdo e estrutura		
3.1	Âmbito e conteúdo	Dentro de Análise da Documentação: [...] a documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado, no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio. Em contrapartida, sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Vice-Presidência e Presidência da República encontra-se escassamente documentada, merecendo, contudo, destaque os documentos sobre a greve dos marítimos em 1953 (série Ministério do Trabalho) e a documentação referente à conjuntura política do país, particularmente o projeto de desapropriação de terra, visando à reforma agrária durante sua gestão na Presidência da República, entre setembro de 1961 e março de 1964 (série Presidência da República). DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS: as fotografias apresentam registros sobre sua atuação como presidente da República, destacando-se ainda seus encontros com personalidades nacionais e internacionais e manifestações sindicais ocorridas em seu apoio. Há também registros sobre o período em que exerceu a Vice-Presidência da República e dois retratos do exílio no Uruguai. Período abrangido: 1951-1976. DOCUMENTOS IMPRESSOS: o material impresso diz respeito à Presidência da República, ao período de exílio no Uruguai e à vida pessoal. Período abrangido: 1961-1983.	A documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado, no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio. Em contrapartida, sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Vice-Presidência e Presidência da República encontra-se escassamente documentada, merecendo, contudo, destaque os documentos sobre a greve dos marítimos em 1953 (série Ministério do Trabalho) e a documentação referente à conjuntura política do país, particularmente o projeto de desapropriação de terra, visando à reforma agrária durante sua gestão na Presidência da República, entre setembro de 1961 e março de 1964 (série Presidência da República). Os documentos iconográficos apresentam registros sobre sua atuação como presidente da República, destacando-se ainda seus encontros com personalidades nacionais e internacionais e manifestações sindicais ocorridas em seu apoio. Há também registros sobre o período em que exerceu a Vice-Presidência da República e dois retratos do exílio no Uruguai. Período abrangido: 1951-1976. Os documentos bibliográficos dizem respeito à Presidência da República, ao período de exílio no Uruguai e à vida pessoal. Período abrangido: 1961-1983.
3.4	Sistema de Arranjo	Dentro de Análise da Documentação: [...] os documentos foram organizados em nove séries: Documentos pessoais; Presidente do diretório do PTB/RS; Presidente do PTB; Ministro do Trabalho; Vice-Presidente da República; Presidente da República; Exílio; Post-Mortem e Recortes de jornais.	O fundo encontra-se organizado em 11 séries: Documentos pessoais; Presidente do diretório do PTB/RS; Presidente do PTB; Ministro do Trabalho; Vice-Presidente da República; Presidente da República; Exílio; Post-Mortem, Recortes de jornais; Fotografias; Bibliográficos.

Fonte: autor.

A Área de condição de acesso e uso será tratada no final do capítulo.

5.3 Guia do Fundo Tancredo Neves

No guia *on line* de Tancredo Neves (Anexo C), na Área de Identificação (ver Quadro 10) encontrou-se a sigla TN, equivalendo ao elemento de descrição *Código de Referência*. O elemento de descrição não está de acordo com a NOBRADE pois não apresenta as três partes principais, ou seja, o código do país (BR) e o código da entidade custodiadora, apresentam somente a sigla TN a qual pode ser atribuída ao código específico da unidade de descrição.

O elemento *Título* é apresentado como Tancredo Neves, em conformidade com a NOBRADE, identificando nominalmente a unidade de descrição.

O elemento de descrição *Data* não aparece na área de identificação do guia, sendo encontrada no final do guia nas datas-limite dentro do campo Descrição do Conteúdo das Séries, a saber, 1894-1994.

O elemento *Nível de Descrição* será abordado ao final do capítulo.

O elemento descritivo *Dimensão e Suporte*, aparece da mesma forma que nos outros dois guias de GV e JG, e contém Documentos Textuais, Documentos Impressos e Documentos Audiovisuais (ver conteúdo no Quadro 10).

Quadro 10: Área de Identificação – Tancredo Neves

NOBRADE		Conteúdo do Guia
1	Área de identificação	
1.1	Código de referência	TN
1.2	Título	Tancredo Neves
1.3	Data	Dentro da descrição do conteúdo das séries: 1894-1994
1.4	Nível de descrição	Não há.
1.5	Dimensão e suporte	Documentos Textuais Manuscritos - 8942 Documentos Impressos Livros – 56 Capítulos de Livros - 1 Periódicos - 54 Exemplares de Periódicos - 86 Documentos Audiovisuais Iconografia album fotográfico – 87 caricatura -38 foto – 4222 Imagens em movimento filme – 2 vídeo - 80 Som disco – 13 fita - 132

Fonte: autor.

A Área de Contextualização (ver Quadro 11) apresenta o elemento descritivo *Nome do Produtor* como Tancredo de Almeida Neves. Caso tivesse a forma normalizada poderia ser usado Neves, Tancredo, 1919-1976, ou, Neves, Tancredo de Almeida.

O elemento de descrição *História Administrativa/Biografia* da pessoa produtora não aparece em forma de resenha e é descrita da mesma maneira que nos guias de GV e JG (ver Quadro 11).

Os elementos descritivos da NOBRADE *História Arquivística e Procedência* também serão abordados ao final do capítulo.

Quadro 11: Área de Contextualização – Tancredo Neves

NOBRADE		Conteúdo do Guia
2		Área de contextualização
2.1	Nome(s) dos produtor(es)	Titular: Tancredo de Almeida Neves
2.2	História Administrativa/ Biografia	<p>Dados Biográficos Filiação: Francisco de Paula Neves e Antônia de Almeida Neves Nascimento: 4/3/1910, São João del Rei, MINAS GERAIS, Brasil Cônjuge: Risoleta Neves Falecimento: 21/4/1985, São Paulo, SAO PAULO, Brasil</p> <p>Formação Acadêmica Ensino Superior (graduação), Direito, Faculdade de Direito, Minas Gerais, 1932</p> <p>Principais Atividades Vereador, Partido Progressista 1935, 1937 Deputado estadual, Partido Social Democrático 1947, 1950 Deputado federal, Partido Social Democrático 1950, 1953 Ministro de Estado, Ministério da Justiça 1953, 1954 Deputado federal, Partido Social Democrático 1954, 1955 Presidente, Carteira de Redescostos do Banco do Brasil 1956, 1958 Secretário estadual, Secretaria de Finanças de Minas Gerais 1958, 1960 Presidente, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 1960, 1960 Primeiro-ministro, Governo Parlamentar 1961, 1962 Deputado federal, Partido Social Democrático 1962, 1966 Deputado federal, Partido Social Democrático 1963, 1965 Deputado federal, Movimento Democrático Brasileiro 1966, 1978 Senador, Movimento Democrático Brasileiro 1979, 1983 Governador, Governo do estado de Minas Gerais 1983, 1984 Presidente da República, Presidência da República 1985, 1985</p> <p>Outras Atividades Em 1945, se filia ao novo Partido Social Democrático (PSD) e participa da vitoriosa campanha de Eurico Dutra à presidência da República; assume a diretoria do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais (1955); AI-2 dissolução dos partidos (27/10/1965), Tancredo ingressa no bloco parlamentar oposicionista e depois ingressa no Movimento Democrático Brasileiro (MDB); reeleito deputado federal pelo MDB (15/11/1966); reeleito nas eleições de 1970 e 1974; vice-presidente nacional do MDB (21/11/1965); líder da bancada do MDB (março de 1978). Com o fim do bi-partidarismo (novembro de 1979), Tancredo ingressa no Partido Popular (dezembro/1979); eleito presidente do Partido Popular em 7/07/1981; com a fusão do PP com o MDB cria-se o PMDB e Tancredo Neves é eleito vice-presidente nacional do PMDB (14/02/1982); eleito presidente da República (5/01/1985) através do Colégio Eleitoral. Em 14 de março de 1985 é internado no Hospital de Base de Brasília, véspera de sua posse e em 21 de abril de 1985 morre no Hospital do Coração, em São Paulo.</p>
2.3	História arquivística	Não há.
2.4	Procedência	Não há.

Fonte: autor.

Na Área de conteúdo e estrutura (ver Quadro 12) o elemento de descrição *Âmbito e Conteúdo* da unidade de descrição é apresentado dentro do campo Análise da Documentação

Dentro de Análise da Documentação também está presente o elemento de descrição *Sistema de Arranjo* do fundo, organizado em 11 séries. O arranjo combinou séries formadas a partir de diferentes critérios: por tipo de documentos, funcional e temática. São elas: **Documentos pessoais; Assuntos diversos; Primeiro Ministro; Deputado Federal; Senador; Governo de Minas Gerais; Campanha Presidencial; Presidente Eleito; Doença; Post-Mortem e Produção Intelectual.**

No campo do guia chamado Descrição do Conteúdo das Séries (ver Anexo C) pela primeira vez na análise dos três guias aparecem todas as 11 séries do arranjo do fundo; porém, há inconsistências, pois apresenta *Discos, Filmes, Fitas cassete, Fotografias e Vídeos*, além das 11 séries anteriormente informadas.

Quadro 12: Área de Conteúdo e Estrutura – Tancredo Neves

NOBRADE		Conteúdo do Guia
3	Área de conteúdo e estrutura	
3.1	Âmbito e conteúdo	Dentro de Análise da Documentação: [...] DOCUMENTOS TEXTUAIS: o arquivo está organizado em 11 séries. O arranjo combinou séries formadas a partir de diferentes critérios: por tipo de documentos, funcional e temática. A série DOCUMENTOS PESSOAIS (dp) inclui diplomas, títulos, condecorações, certidão de casamento e o atestado de óbito do titular. A série ASSUNTOS DIVERSOS (ad) compreende 12 dossiês, num total de 96 documentos. Dentre os dossiês, podemos destacar o que reúne material sobre o inquérito instaurado por ocasião do atentado a Carlos Lacerda, em 1954; o material publicitário da campanha de Tancredo Neves ao governo de Minas Gerais, em 1960 e as cartas de Juscelino Kubitschek, escritas do exílio, a Tancredo Neves. A série PRIMEIRO MINISTRO (m) encontra-se dividida em 4 dossiês, totalizando 177 documentos, referentes ao período em que Tancredo ocupou a presidência do Conselho de Ministros, durante o regime parlamentarista, assim ordenados: documentos da esfera política, dirigidos aos gabinetes do primeiro ministro e do presidente da República, em sua maioria pedidos de cargos feitos por políticos; as nomeações feitas para vários cargos; prestação de contas de alguns ministérios e correspondência enviada ao gabinete de Tancredo Neves contendo pedidos e convites, vinda do povo. Na série DEPUTADO FEDERAL (df) encontram-se os dossiês referentes à atuação de Tancredo na Câmara dos Deputados, em especial na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, onde atuou como relator; os mapas de apuração das eleições de 1966, 1970 e 1974; pedidos de eleitores e as articulações políticas do deputado federal. A série SENADOR (s) é constituída de apenas um dossiê, cujos documentos abrangem a candidatura e o mandato de Tancredo Neves no Senado Federal. A série GOVERNO DE MINAS GERAIS (gov. MG) abrange as eleições de 1982, o período em que Tancredo esteve à frente do executivo de seu estado e alguns documentos datados após sua saída. Os cinco dossiês estão divididos da seguinte maneira: relação do governo do estado com as dioceses de Minas Gerais; relações do governo de Minas Gerais com outros estados da União; atuação das secretarias de estado; documentos do gabinete militar sobre o controle de todos os eventos do governador e documentos diversos do governo de Minas Gerais após a saída de Tancredo Neves. Na série CAMPANHA PRESIDENCIAL (cp) os documentos foram agrupados em oito dossiês. Dentre estes, podemos destacar os seguintes: documentos contendo reivindicações de entidades ou grupos de interesse; documentos que subsidiaram os estudos para a elaboração da plataforma de governo e documentos sobre a organização da campanha. A série PRESIDENTE ELEITO (pe) está dividida em 10 dossiês, totalizando 268 documentos. Abrange o período após a sua eleição no Colégio Eleitoral, no dia 15/01/1985 e vai até as vésperas de sua internação. Inclui documentos que reúnem pedidos financeiros e não financeiros, convites ao presidente eleito, indicações para cargos e reivindicações de entidades de classe. Na série DOENÇA (d) estão contidos os documentos referentes ao período em que Tancredo esteve internado no Hospital de Base, em Brasília e no Hospital das Clínicas, em São Paulo, até antes de sua morte. A grande maioria dos 4433 documentos são cartas da população enviando votos de pronto restabelecimento. A série POST MORTEM (pm) reúne os documentos enviados à esposa de Tancredo Neves, D. Risoleta Neves, após a morte do presidente eleito. Assim como a série Doença, a maior parte dos 3059 documentos é de manifestações populares, incluindo um dossiê só com poemas e literatura de cordel feitos pela população em geral. Na série PRODUÇÃO INTELECTUAL (pi) estão reunidos discursos, textos e estudos de diversos autores. Além do próprio Tancredo Neves, podemos encontrar outros nomes de destaque no cenário nacional, dentre eles Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Humberto Castelo Branco, João Baptista Figueiredo, Ernesto Geisel, João Goulart e José Sarney.
3.4	Sistema de Arranjo	Dentro de Análise da Documentação: [...] o arquivo está organizado em 11 séries. O arranjo combinou séries formadas a partir de diferentes critérios: por tipo de documentos, funcional e temática. São elas: Documentos pessoais; Assuntos diversos; Primeiro Ministro; Deputado Federal; Senador; Governo de Minas Gerais; Campanha Presidencial; Presidente Eleito; Doença; Post-Mortem e Produção Intelectual.

Fonte: autor.

A Área de condição de acesso e uso será tratada no final do capítulo.

5.4 Elementos de descrição não contemplados nos guias

O elemento de descrição da NOBRADE chamado *Nível de Descrição* não aparece nos guias de GV, JG e TN. Não há nenhuma referência quanto à identificação como nível fundo ou nível 1 nos guias.

O elemento *História Arquivística*, que visa dar informações de referência sobre a história da produção e da acumulação da unidade, bem como da sua custódia, não está contemplado nos guias de GV e TN e sim no de JG.

O elemento de descrição *Procedência*, que tem como objetivo identificar a origem imediata de aquisição ou transferência da unidade de descrição também não aparece nos guias de GV e TN, estando somente no guia de JG, dentro do campo Histórico.

A Área de Condições de acesso e uso não é contemplada em nenhum dos três guias dos fundos, porém os elementos de descrição que a compõe podem ser encontrados na guia Acervo do *site* do CPDOC, na opção “Informações aos usuários”⁷, que não faz parte do guia, porém tem informações pertinentes à instituição custodiadora.

⁷ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre/servicos> Acesso em 03/11/2015.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os guias elaborados pelo CPDOC para descrever os fundos documentais dos Presidentes da República, Getúlio Vargas, João Goulart e Tancredo Neves, proporcionam uma visão orgânica do conjunto, ao fornecer informações acerca das atividades que originaram os documentos. Este é um diferencial significativo, uma vez que a representação dos itens na base de dados enfatiza a descrição do item, em detrimento do caráter multinível pretendido pela descrição arquivística.

Os elementos descritivos utilizados pelo CPDOC apresentam certa padronização entre si, mas não estão normalizados. Podem, no entanto, contemplar a normalização, conforme demonstrado nos quadros que buscaram evidenciar a equivalência entre os elementos descritivos dos guias e da NOBRADE.

Uma curiosidade deve ser considerada quanto à política de descrição da instituição: embora os guias disponibilizados *on line* não estejam normalizados, a descrição do fundo documental de João Goulart, em nível 1, consta como exemplo na Nobrade (ANEXO D). Isto leva a crer que a instituição reúne esforços para adequar seus instrumentos de pesquisa aos padrões arquivísticos de descrição.

Além da normalização, com vistas aos benefícios pretendidos para a descrição do acervo, constatou-se a importância de um trabalho de revisão em aspectos relacionados à consistência do texto, a exemplo do que ocorre nos “erros identificados nas descrições: Descrição do Conteúdo das Séries dos três guias, GV, JG e TN; elemento de Descrição História Administrativa/Biografia de JG não possui sua data de falecimento.

O presente trabalho considerou a normalização da descrição, no que se refere a aplicação da NOBRADE. Em estudos futuros, recomenda-se verificar a aplicabilidade das normas: ISAAR (CPF) e ISDIAH.

Outro aspecto a ser aprofundado em estudos futuros diz respeito ao estudo dos elementos que determinam os níveis de arranjo mencionados no acervo, verificando sua denominação em relação ao seu vínculo arquivístico.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2015.
- BELLOTTO, H. L. Arquivologia: objetivos e objetos. **Aquivo: boletim histórico e informativo**, v. v. 10, n. n. 2, p. 81 - 83, 1989.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLOTTO, H. L. Reconsiderando os arquivos pessoais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. v.27, n. n.2, p. 207 - 211, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/451/450>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- BRASIL. Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. In: _____ **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s.n.], 1991.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/ISAAR%20Brasil%20final.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/isdiah.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - BRASIL. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno, 11, n. 21, 1998. 129-150.
- CPDOC/FGV - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Sobre o CPDOC. **FGV CPDOC**, 07 Nov 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sobre>>.
- FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira; BOMENY, Regina Helena Diniz. Arquivos privados na história contemporânea brasileira. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 3., Rio de Janeiro. **Anais do III Congresso Brasileiro de Arquivologia**. Associação dos Arquivistas Brasileiros. Brasília. p. 469 – 477, 1979.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo:** elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: [s.n.], 2002. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf6.pdf>. Acesso em: 15 out 2015.

MASTROPIERRO, M. D. C. **Archivos privados:** análisis y gestión. 1ª. ed. Buenos Aires: Alfagrama, v. 1, 2006. 352 p.

NORA, P. Between Memory and History, Les Lieux de Mémoire. **Representations** 26, California, v. N. 26, p. 7-24, 1989.

PAES, M. L. **Arquivo:** Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 228 p.

RODRIGUES, G. M. Gestão de documentos. In: RODRIGUES, G. M. **Arquivologia para concursos de técnico e analista**. [S.l.]: JUSPODIVM, 2011. p. 37 - 51.

SHELLENBERG, T. R. **Manual de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Como acessar os Guias *on line* do CPDOC/FGV

Como acessar os Guias *on line* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

1. Acesso o *link* <http://cpdoc.fgv.br/>



Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/>, 2015.

Figura 1: Página principal do CPDOC/FGV

2. Clique na opção “Acervo”

3. Em Acervo, escolha a opção “Guia dos Arquivos.”



Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>, 2015

Figura 2: Página Acervo do CPDOC/FGV

4. Na página inicial do Guia dos Arquivos, clique em Guia dos Arquivos no centro da página.



Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/guia>, 2015.

Figura 3: Página inicial do Guia dos Arquivos

5. Na aba Guia dos Arquivos do CPDOC/FGV, clique em “Selecione um arquivo”



Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/>, 2015

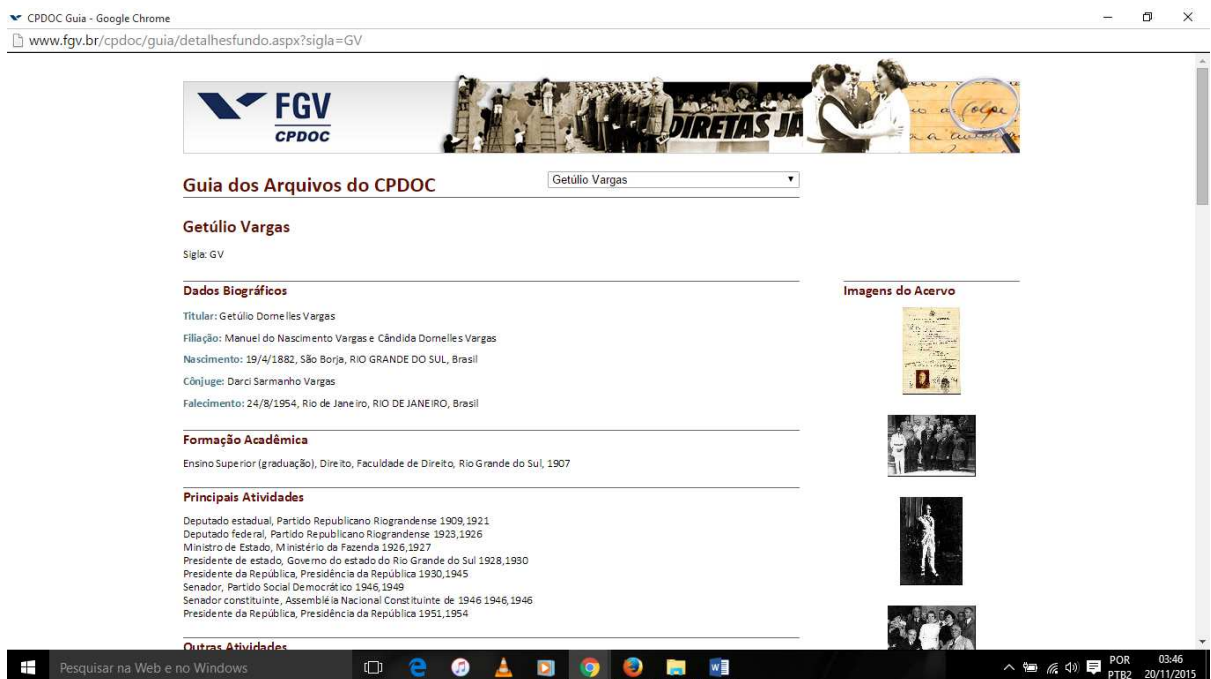
Figura 4: Selecione um arquivo do Guia do CPDOC

6. Em Seleccione um arquivo, escolha “Getúlio Vargas” para abrir o Guia de Getúlio Vargas.



Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/>, 2015.

Figura 5: Selecionando o Guia de Getúlio Vargas



Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=GV>, 2015.

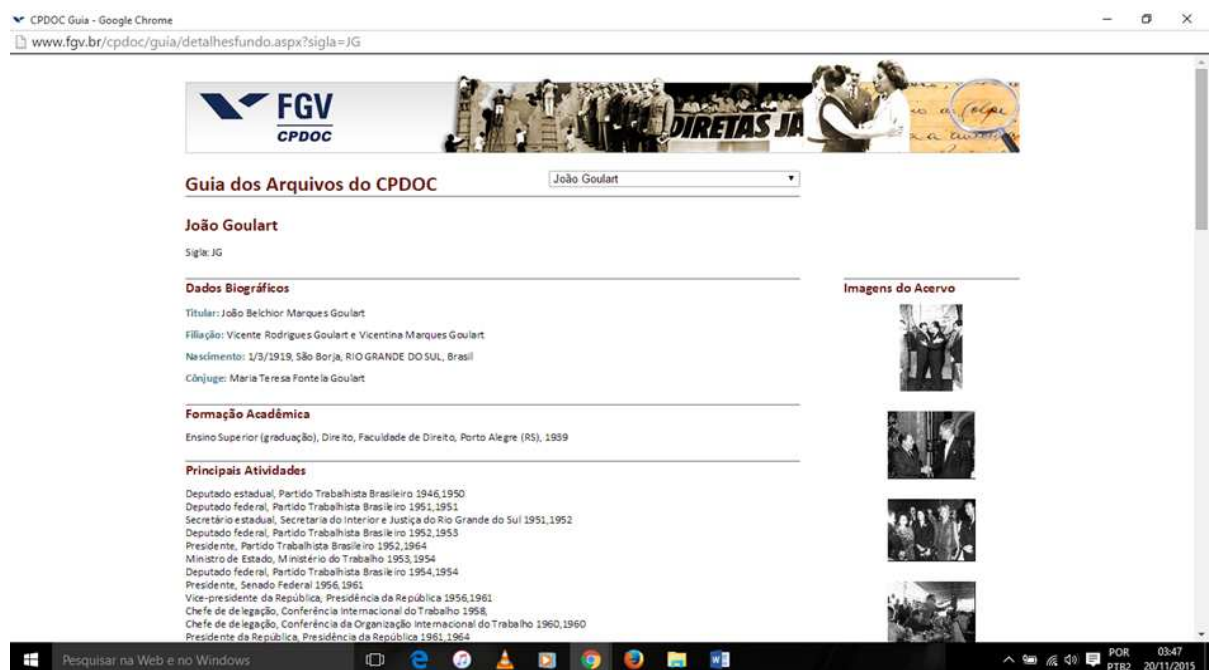
Figura 6: Página do Guia do Arquivo de Getúlio Vargas

7. A partir do passo 5, em Selecione um arquivo, escolha “João Goulart” para abrir o Guia de João Goulart.



Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/>, 2015

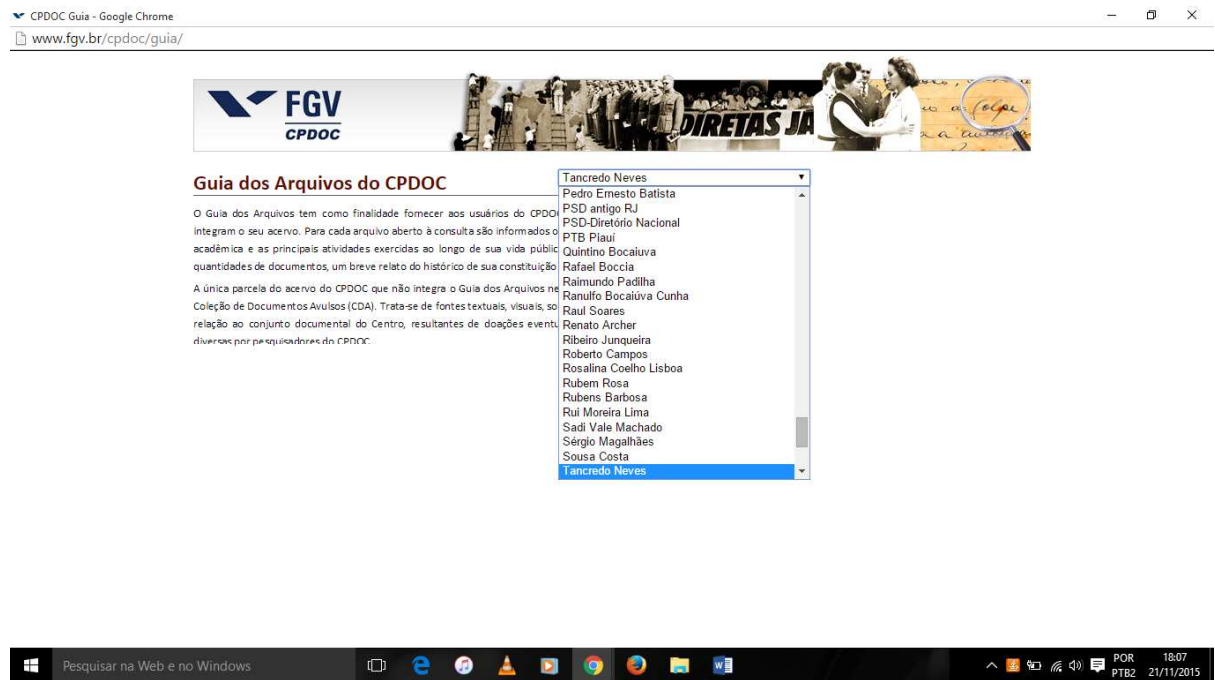
Figura 7: Selecionando o Guia de João Goulart



Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=JG>, 2015.

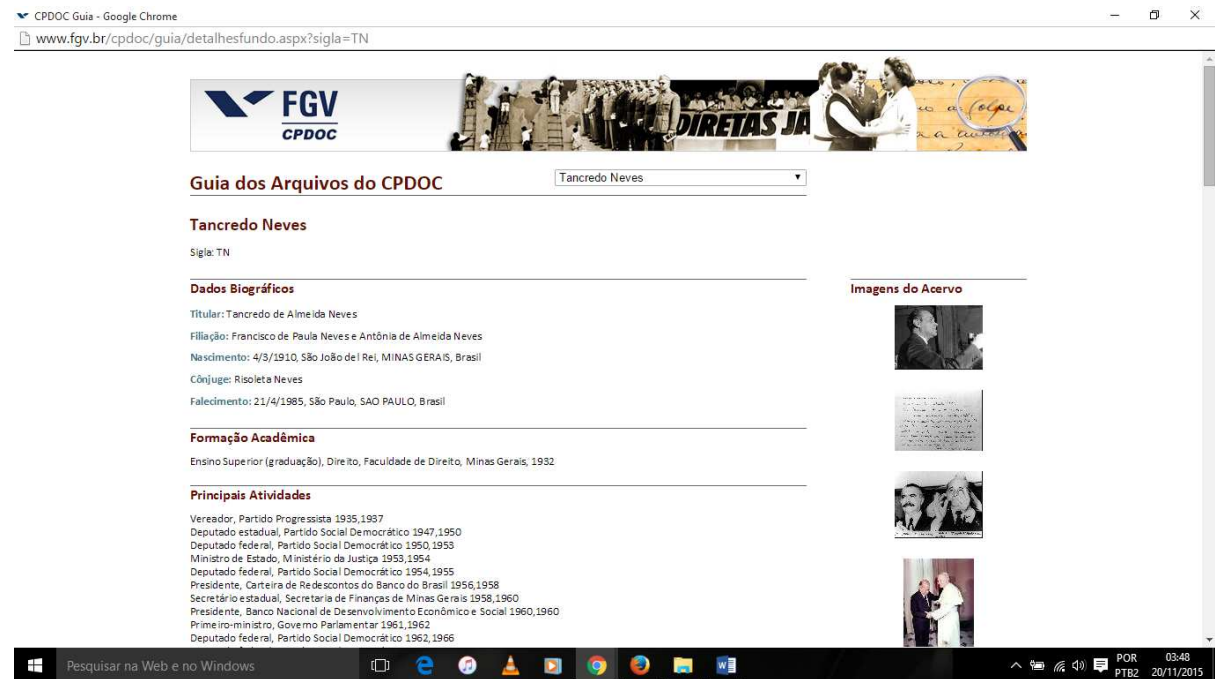
Figura 8: Página do Guia do Arquivo de João Goulart

8. Também a partir do passo 5, em **Selecione um arquivo**, escolha “**Tancredo Neves**” para abrir o Guia de Tancredo Neves.



Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/>, 2015

Figura 9: Selecionando o Guia de Tancredo Neves



Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=TN>, 2015.

Figura 10: Página do Guia do Arquivo de Tancredo Neves

APÊNDICE B – Quadro completo João Goulart

Quadro 13: João Goulart 1

NOBRADE		Conteúdo do Guia	Apêndice C - Exemplos na NOBRADE
1	Área de identificação		
1.1	Código de referência	JG	BR CPDOC.JG
1.2	Título	João Goulart	Arquivo João Goulart
1.3	Data	Dentro da descrição do conteúdo das séries: 1950 -1999	1950-1975
1.4	Nível de descrição	Não há.	(1) fundo
1.5	Dimensão e suporte	Documentos Textuais Manuscritos - 567 Documentos Impressos Livros - 8 Periódicos - 7 Exemplares de Periódicos - 8 Artigos de Periódicos - 8 Documentos Audiovisuais Iconografia foto - 136	Textuais 1 m; Bibliográficos 0,10 m; Iconográficos 136 fotografias
2	Área de contextualização		
2.1	Nome(s) dos produtor(es)	Titular:João Belchior Marques Goulart	Goulart, João; Outras formas - Jango; Goulart, João Belchior Marques
2.2	História administrativa/ Biografia	Dados Biográficos Filiação: Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart Nascimento: 1/3/1919, São Borja, RIO GRANDE DO SUL, Brasil Cônjuge: Maria Teresa Fontela Goulart Formação Acadêmica Ensino Superior (graduação), Direito, Faculdade de Direito, Porto Alegre (RS), 1939 Principais Atividades Deputado estadual, Partido Trabalhista Brasileiro1946,1950 Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro1951,1951 Secretário estadual, Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul1951,1952 Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro1952,1953 Presidente, Partido Trabalhista Brasileiro1952,1964 Ministro de Estado, Ministério do Trabalho1953,1954 Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro1954,1954 Presidente, Senado Federal1956,1961 Vice-presidente da República, Presidência da República1956,1961 Chefe de delegação, Conferência Internacional do Trabalho1958, Chefe de delegação, Conferência da Organização Internacional do Trabalho1960,1960 Presidente da República, Presidência da República1961,1964 Vice-presidente da República, Presidência da República1961,1961 Outras Atividades Co-proprietário do jornal "Uruguai", de São Borja (RS); presidente do diretório do PTB, em São Borja (1946); presidente do diretório e da comissão executiva estaduais do PTB-RS (1950-1954); um dos articuladores da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República (1950); membro da delegação econômica enviada ao Leste europeu e ao Oriente, inclusive à República Popular da China (1961); um dos articuladores da Frente Ampla (1966); com o fim dessa Frente (1967), dedica-se à administração de suas propriedades localizadas no Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil.	Nasceu em 1º de março de 1919, no município de São Borja, no Rio Grande do Sul (Brasil), filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Seu pai, estancieiro em São Borja, era um dos proprietários da firma Vargas, Goulart, gomes e Cia Ltda. Em 1939, formou-se em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre (RS), mas não exerceu a profissão. Em 1943, com a morte do pai, tornou-se responsável pela gestão dos negócios da família. Em 1945, após a eleição de Eurico Dutra para Presidência da República, Jango ingressa na política através do presidente deposto Getúlio Vargas, participando da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, do Rio Grande do Sul, do qual seria posteriormente presidente regional e nacional. Foi deputado estadual e presidente do PTB, no Rio Grande do Sul, de 1946 a 1950. Foi um dos principais articuladores da campanha de Vargas à Presidência da República, em 1950. Entre os anos 1950 e 1960, foi uma das grandes de lideranças políticas do país, tendo chegado à Presidência da República, após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, do qual era vice. Em 1964, foi deposto por um golpe de Estado, tendo se exilado no Uruguai. No exílio, além de se dedicar atividades de empresário, foi um dos integrantes da chamada Frente Ampla, movimento político que articulou as principais lideranças políticas brasileiras, de oposição ao regime militar. Morreu em dezembro de 1976, em uma de suas fazendas, na Argentina.

Fonte: autor.

Quadro 14: João Goular 2

NOBRADE		Conteúdo do Guia	Apêndice C - Exemplos na NOBRADE
2.3	História arquivística	Histórico Com o exílio do ex-presidente João Goulart, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil -CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o Prof. Luiz Alberto Muniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias, parte da documentação para elaboração do seu livro O governo Goulart. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa, Beatriz Riff, no dia 28 de Junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. E, finalmente, os documentos que ficaram com o Prof. Muniz Bandeira, foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponível para consulta. Comenta-se ainda sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das propriedades do titular, que teria sido visto por Muniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.	Com o exílio do ex-presidente João Goulart, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil -CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o Prof. Luiz Alberto Muniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias, parte da documentação para elaboração do seu livro O governo Goulart. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa, Beatriz Riff, no dia 28 de Junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. E, finalmente, os documentos que ficaram com o Prof. Muniz Bandeira, foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponível para consulta. Comenta-se ainda sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das propriedades do titular, que teria sido visto por Muniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.
2.4	Procedência	Em Histórico: [...] Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa, Beatriz Riff, no dia 28 de Junho de 1990. [...], finalmente, os documentos que ficaram com o Prof. Muniz Bandeira, foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo. [...]	Parcela doada por Raul Riff, por meio de contrato em 1989; parcela doada por Luiz Alberto Muniz Bandeira em março de 2003.
3	Área de conteúdo e estrutura		
3.1	Âmbito e conteúdo	Dentro de Análise da Documentação: [...] a documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado, no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio. Em contrapartida, sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Vice-Presidência e Presidência da República encontra-se escassamente documentada, merecendo, contudo, destaque os documentos sobre a greve dos marítimos em 1953 (série Ministério do Trabalho) e a documentação referente à conjuntura política do país, particularmente o projeto de desapropriação de terra, visando à reforma agrária durante sua gestão na Presidência da República, entre setembro de 1961 e março de 1964 (série Presidência da República). DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS: as fotografias apresentam registros sobre sua atuação como presidente da República, destacando-se ainda seus encontros com personalidades nacionais e internacionais e manifestações sindicais ocorridas em seu apoio. Há também registros sobre o período em que exerceu a Vice-Presidência da República e dois retratos do exílio no Uruguai. Período abrangido: 1951-1976. DOCUMENTOS IMPRESSOS: o material impresso diz respeito à Presidência da República, ao período de exílio no Uruguai e à vida pessoal. Período abrangido: 1961-1983.	A documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado, no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio. Em contrapartida, sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Vice-Presidência e Presidência da República encontra-se escassamente documentada, merecendo, contudo, destaque os documentos sobre a greve dos marítimos em 1953 (série Ministério do Trabalho) e a documentação referente à conjuntura política do país, particularmente o projeto de desapropriação de terra, visando à reforma agrária durante sua gestão na Presidência da República, entre setembro de 1961 e março de 1964 (série Presidência da República). Os documentos iconográficos apresentam registros sobre sua atuação como presidente da República, destacando-se ainda seus encontros com personalidades nacionais e internacionais e manifestações sindicais ocorridas em seu apoio. Há também registros sobre o período em que exerceu a Vice-Presidência da República e dois retratos do exílio no Uruguai. Período abrangido: 1951-1976. Os documentos bibliográficos dizem respeito à Presidência da República, ao período de exílio no Uruguai e à vida pessoal. Período abrangido: 1961-1983.
3.4	Sistema de Arranjo	Dentro de Análise da Documentação: [...] os documentos foram organizados em nove séries: Documentos pessoais; Presidente do diretório do PTB/RS; Presidente do PTB; Ministro do Trabalho; Vice-Presidente da República; Presidente da República; Exílio; Post-Mortem e Recortes de jornais.	O fundo encontra-se organizado em 11 séries: Documentos pessoais; Presidente do diretório do PTB/RS; Presidente do PTB; Ministro do Trabalho; Vice-Presidente da República; Presidente da República; Exílio; Post-Mortem, Recortes de jornais; Fotografias; Bibliográficos.
4	Área de condições de acesso e uso		
4.1	Condições de acesso		Sem restrição de acesso.
4.2	Condições de reprodução		Os documentos textuais e bibliográficos podem ser reproduzidos por via eletroestática, fotográfica ou digital. No caso das fotos é necessária a assinatura de um "termo de cessão de uso de imagens".
4.3	Idioma		Português
4.5	Instrumentos de pesquisa		Guia de fundos do CPDOC e sistema Accessus, <i>on line</i>

Fonte: autor.

Quadro 15: João Goulart 3

NOBRADE		Conteúdo do Guia	Apêndice C - Exemplos na NOBRADE
6	Área de notas		
6.1	Notas sobre conservação		Documentos em bom estado de conservação
7	Área de controle de descrição		
7.1	Nota do arquivista		O arquivo foi organizado de acordo com os procedimentos do CPDOC publicados em: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. 4. ed. revista atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. 104 p. Equipe: Pesquisador responsável – Célia Maria Leite Costa Estagiária – Viviane Marins Fagundes
7.3	Data(s) da(s) descrição(s)		março-dezembro de 2003.
8	Área de pontos de acesso e indexação de assuntos		
8.1	Pontos de acesso e indexação de assuntos		Agradecimentos; anticomunismo; Argentina; asilo político; censura; Carlos Lacerda; campanhas eleitorais; crises políticas; Estados Unidos da América; felicitações e congratulações; Frente Ampla; golpe de 1964; governo Castelo Branco (1964-1967); governo Costa e Silva (1967-1969); governo João Goulart (1961-1964); greves; Guanabara; João Goulart; homenagens póstumas; imprensa; inquérito policial militar; Juscelino Kubitschek; manifestação de apoio; Ministério do Trabalho; partidos políticos; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); política estadual; política municipal; política nacional; política trabalhista; política sindical; propriedade rural; redemocratização; reforma agrária; regime militar; repressão política; segurança nacional; sindicatos; Uruguai.

Fonte: autor.

ANEXOS

ANEXO A – Guia dos Arquivos do CPDOC - Getúlio Vargas

Getúlio Vargas

Sigla: GV

Dados Biográficos

Titular: Getúlio Dornelles Vargas

Filiação: Manuel do Nascimento Vargas e Cândida Dornelles Vargas

Nascimento: 19/4/1882, São Borja, RIO GRANDE DO SUL, Brasil

Cônjuge: Darci Sarmanho Vargas

Falecimento: 24/8/1954, Rio de Janeiro, RIO DE JANEIRO, Brasil

Formação Acadêmica

- Ensino Superior (graduação), Direito, Faculdade de Direito, Rio Grande do Sul, 1907

Principais Atividades

- Deputado estadual, Partido Republicano Riograndense 1909, 1921
- Deputado federal, Partido Republicano Riograndense 1923, 1926
- Ministro de Estado, Ministério da Fazenda 1926, 1927
- Presidente de estado, Governo do estado do Rio Grande do Sul 1928, 1930
- Presidente da República, Presidência da República 1930, 1945
- Senador, Partido Social Democrático 1946, 1949
- Senador constituinte, Assembléia Nacional Constituinte de 1946 1946, 1946
- Presidente da República, Presidência da República 1951, 1954

Outras Atividades

Quando deputado federal pelo PRR foi líder da bancada gaúcha. Fundador do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB (1945); senador à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 pelo Partido Social Democrático-PSD do Rio Grande do Sul. Teve seus discursos publicados nos livros "A nova política do Brasil", em 11 volumes (1938-1947), e "O governo trabalhista do Brasil", em quatro volumes (1952-1969).

Documentos Textuais

- Manuscritos - 28675

Documentos Impressos

- Livros - 563
- Periódicos - 52
- Exemplares de Periódicos - 134
- Artigos de Periódicos - 40

Documentos Audiovisuais

- Iconografia
 - cartão postal - 12
 - cartão postal + foto - 12
 - cartaz - 1
 - desenho - 1
 - foto - 1247

- Imagens em movimento
 - filme - 6
- Som
 - disco - 102

Análise da Documentação

O arquivo está organizado em 4 séries: CORRESPONDÊNCIA, CAMPANHA DE 1950, MISCELÂNEA e RECORTES de JORNAIS. Os documentos possibilitam a recuperação da trajetória pública do titular, focalizando todos os eventos políticos ocorridos entre as décadas de 1930 a 1950. O material anterior a 1930 trata basicamente de questões familiares e da política municipal e estadual sul-riograndense. São poucos os registros relativos à atuação de Getúlio Vargas como deputado estadual, federal, ministro da Fazenda e presidente do Rio Grande do Sul. Os documentos dos anos 1929-1930 cobrem satisfatoriamente a unificação da política gaúcha, a formação da Aliança Liberal e as articulações político-militares que culminaram com a Revolução de 1930, embora apresentem informações descontínuas sobre a eclosão do movimento. Existem ainda registros significativos sobre o período de 1930 a 1937. A formação do governo provisório, as crises políticas nas interventorias paulista e gaúcha, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a questão dos exilados, as crises políticas das interventorias do Norte, os trabalhos de preparação da Constituinte, as eleições estaduais e o movimento comunista de 1935 encontram-se bem documentados. Há também muitos dados sobre o papel do Brasil no caso da pacificação da região do Chaco, a Missão Sousa Costa e o tratado comercial Brasil-Estados Unidos. Estão igualmente bem retratadas as articulações para a sucessão presidencial de 1937, as negociações e tentativas de acordo entre o governo federal e as forças gaúchas, o rompimento entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas e a conjuntura político-militar que culminou com o golpe do Estado Novo. O material que abrange o período 1937 a 1945 focaliza basicamente as relações internacionais. Destacam-se informações sobre o estreitamento de relações entre o Brasil e os Estados Unidos, os acordos e ajudas técnico-militares, o rompimento com os países do Eixo e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O arquivo fornece ainda subsídios para a pesquisa sobre as relações do Brasil com os países da América do Sul, o posicionamento desses países diante do conflito internacional e as questões políticas internas e externas do Uruguai e da Argentina. Ainda em relação ao período 1937-1945, o arquivo reúne registros significativos sobre a implantação da siderurgia no Brasil, a reunião de Bretton Woods, a Missão Sousa Costa e a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos. No que se refere à política interna, encontram-se elementos sobre atividades policiais e algumas crises em interventorias e ministérios, bem como a respeito das reformas constitucionais, das articulações oposicionistas e da formação dos partidos nacionais. As informações do período que se estende de 1946 a 1950 concentram-se na correspondência de Getúlio Vargas - que se encontrava em São Borja - com diversos líderes políticos nacionais em torno de questões vinculadas fundamentalmente ao PTB. Existem também documentos relativos ao "impeachment" de Ademar de Barros, ao cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil-PCB e à cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos por essa legenda. A sucessão presidencial de 1950 constitui um dos registros mais importantes do arquivo. As articulações em torno de uma candidatura pessedista, a Fórmula Mineira, a Fórmula Jobim, as diferentes tentativas de lançamento de um candidato de "união nacional", o surgimento da candidatura Cristiano Machado e o apoio de Ademar de Barros a Getúlio Vargas são temas que ocupam grande parte da correspondência da época. Há, contudo, pouco material sobre as tentativas para impedir a posse de Vargas e sobre a política partidária em geral. Com relação ao segundo período presidencial, os documentos veiculam temas basicamente administrativos de autarquias, empresas, superintendências e ministérios. Os documentos audiovisuais permitem acompanhar a trajetória pública e privada de Getúlio Vargas e os principais aspectos da vida política nacional durante os dois períodos de seu governo. Constam também do arquivo

cartões-postais editados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP. Os filmes apresentam eventos e realizações importantes do primeiro período de sua vida pública, destacando-se duas produções em cores realizadas durante o Estado Novo e a campanha presidencial de 1950. Existe ainda um filme de Getúlio Vargas em companhia de seus pais. Encontram-se no arquivo discos com músicas alusivas a Vargas, à Segunda Guerra Mundial, às legionárias e ao PTB, além de pronunciamentos políticos, ressaltando-se os proferidos pelo titular durante o Estado Novo e a campanha presidencial de 1950. Constam do material impresso entrevistas e discursos de Getúlio Vargas pronunciados durante os dois períodos em que ocupou a presidência da República, destacando-se "A nova política do Brasil" (1938-1947, 11 v.) e "O governo trabalhista do Brasil" (1952-1968, 4 v.).

Descrição do Conteúdo das Séries

Campanha eleitoral	
Datas-limite: 1950 a 1950	Total de documentos: 431
Confidencial	
Datas-limite: 1907 a 1958	Total de documentos: 531
Correspondência	
Datas-limite: 1896 a 1954	Total de documentos: 16087
Correspondência diversa	
Datas-limite:	Total de documentos: 11167
Discos	
Datas-limite: 1930 a 1959	Total de documentos: 102
Documentos complementares	
Datas-limite: 1954 a 1977	Total de documentos: 30
Filmes	
Datas-limite: 1934 a 1954	Total de documentos: 6
Fotografias	
Datas-limite: 1886 a 1970	Total de documentos: 1273
Miscelânea	
Datas-limite: 1946 a 1950	Total de documentos: 183
Remessa suplementar	
Datas-limite: 1899 a 1954	Total de documentos: 144
Remessa suplementar 2	
Datas-limite: 1924 a 1954	Total de documentos: 102

ANEXO B – Guia dos Arquivos do CPDOC - João Goulart

João Goulart

Sigla: JG

Dados Biográficos

Titular: João Belchior Marques Goulart

Filiação: Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart

Nascimento: 1/3/1919, São Borja, RIO GRANDE DO SUL, Brasil

Cônjuge: Maria Teresa Fontela Goulart

Formação Acadêmica

- Ensino Superior (graduação), Direito, Faculdade de Direito, Porto Alegre (RS), 1939

Principais Atividades

- Deputado estadual, Partido Trabalhista Brasileiro 1946, 1950
- Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro 1951, 1951
- Secretário estadual, Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul 1951, 1952
- Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro 1952, 1953
- Presidente, Partido Trabalhista Brasileiro 1952, 1964
- Ministro de Estado, Ministério do Trabalho 1953, 1954
- Deputado federal, Partido Trabalhista Brasileiro 1954, 1954
- Presidente, Senado Federal 1956, 1961
- Vice-presidente da República, Presidência da República 1956, 1961
- Chefe de delegação, Conferência Internacional do Trabalho 1958,
- Chefe de delegação, Conferência da Organização Internacional do Trabalho 1960, 1960
- Presidente da República, Presidência da República 1961, 1964
- Vice-presidente da República, Presidência da República 1961, 1961

Outras Atividades

Co-proprietário do jornal "Uruguai", de São Borja (RS); presidente do diretório do PTB, em São Borja (1946); presidente do diretório e da comissão executiva estaduais do PTB-RS (1950-1954); um dos articuladores da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República (1950); membro da delegação econômica enviada ao Leste europeu e ao Oriente, inclusive à República Popular da China (1961); um dos articuladores da Frente Ampla (1966); com o fim dessa Frente (1967), dedica-se à administração de suas propriedades localizadas no Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil.

Documentos Textuais

- Manuscritos - 567

Documentos Impressos

- Livros - 8
- Periódicos - 7
- Exemplares de Periódicos - 8
- Artigos de Periódicos - 8

Documentos Audiovisuais

- Iconografia
 - foto - 136

Histórico

Com o exílio do ex-presidente João Goulart, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil -CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o Prof. Luiz Alberto Muniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias, parte da documentação para elaboração do seu livro O governo Goulart. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa, Beatriz Riff, no dia 28 de Junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. E, finalmente, os documentos que ficaram com o Prof. Muniz Bandeira, foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponível para consulta. Comenta-se ainda sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das propriedades do titular, que teria sido visto por Muniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.

Análise da Documentação

DOCUMENTOS TEXTUAIS: os documentos foram organizados em nove séries: DOCUMENTOS PESSOAIS; PRESIDENTE DO DIRETÓRIO DO PTB/RS; PRESIDENTE DO PTB; MINISTRO DO TRABALHO; VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA; PRESIDENTE DA REPÚBLICA; EXÍLIO; POST-MORTEM e RECORTES DE JORNAIS. Apesar de cobrir quase todas as principais funções públicas do titular, a documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado, no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio. Em contrapartida, sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Vice-Presidência e Presidência da República encontra-se escassamente documentada, merecendo, contudo, destaque os documentos sobre a greve dos marítimos em 1953 (série Ministério do Trabalho) e a documentação referente à conjuntura política do país, particularmente o projeto de desapropriação de terra, visando à reforma agrária durante sua gestão na Presidência da República, entre setembro de 1961 e março de 1964 (série Presidência da República). **DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS:** as fotografias apresentam registros sobre sua atuação como presidente da República, destacando-se ainda seus encontros com personalidades nacionais e internacionais e manifestações sindicais ocorridas em seu apoio. Há também registros sobre o período em que exerceu a Vice-Presidência da República e dois retratos do exílio no Uruguai. Período abrangido: 1951-1976. **DOCUMENTOS IMPRESSOS:** o material impresso diz respeito à Presidência da República, ao período de exílio no Uruguai e à vida pessoal. Período abrangido: 1961-1983.

Descrição do Conteúdo das Séries

Documentos pessoais

Datas-limite: 1963 a 1976

Total de documentos: 6

Exílio	
Datas-limite: 1964 a 1977	Total de documentos: 324
Fotografias	
Datas-limite: 1951 a 1976	Total de documentos: 136
Ministro do Trabalho	
Datas-limite: 1953 a 1954	Total de documentos: 108
Post Mortem	
Datas-limite: 1977 a 1999	Total de documentos: 5
Presidente da República	
Datas-limite: 1961 a 1996	Total de documentos: 75
Presidente do PTB	
Datas-limite: 1955 a 1961	Total de documentos: 16
Presidente do PTB/RS	
Datas-limite: 1950 a 1950	Total de documentos: 3
Vice - presidente da República	
Datas-limite: 1956 a 1960	Total de documentos: 30

ANEXO C – Guia dos Arquivos do CPDOC - Tancredo Neves

Tancredo Neves

Sigla: TN

Dados Biográficos

Titular: Tancredo de Almeida Neves

Filiação: Francisco de Paula Neves e Antônia de Almeida Neves

Nascimento: 4/3/1910, São João del Rei, MINAS GERAIS, Brasil

Cônjuge: Risoleta Neves

Falecimento: 21/4/1985, São Paulo, SAO PAULO, Brasil

Formação Acadêmica

- Ensino Superior (graduação), Direito, Faculdade de Direito, Minas Gerais, 1932

Principais Atividades

- Vereador, Partido Progressista 1935, 1937
- Deputado estadual, Partido Social Democrático 1947, 1950
- Deputado federal, Partido Social Democrático 1950, 1953
- Ministro de Estado, Ministério da Justiça 1953, 1954
- Deputado federal, Partido Social Democrático 1954, 1955
- Presidente, Carteira de Redescostos do Banco do Brasil 1956, 1958
- Secretário estadual, Secretaria de Finanças de Minas Gerais 1958, 1960
- Presidente, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 1960, 1960
- Primeiro-ministro, Governo Parlamentar 1961, 1962
- Deputado federal, Partido Social Democrático 1962, 1966
- Deputado federal, Partido Social Democrático 1963, 1965
- Deputado federal, Movimento Democrático Brasileiro 1966, 1978
- Senador, Movimento Democrático Brasileiro 1979, 1983
- Governador, Governo do estado de Minas Gerais 1983, 1984
- Presidente da República, Presidência da República 1985, 1985

Outras Atividades

Em 1945, se filia ao novo Partido Social Democrático (PSD) e participa da vitoriosa campanha de Eurico Dutra à presidência da República; assume a diretoria do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais (1955); AI-2 dissolução dos partidos (27/10/1965), Tancredo ingressa no bloco parlamentar oposicionista e depois ingressa no Movimento Democrático Brasileiro (MDB); reeleito deputado federal pelo MDB (15/11/1966); reeleito nas eleições de 1970 e 1974; vice-presidente nacional do MDB (21/11/1965); líder da bancada do MDB (março de 1978). Com o fim do bi-partidarismo (novembro de 1979), Tancredo ingressa no Partido Popular (dezembro/1979); eleito presidente do Partido Popular em 7/07/1981; com a fusão do PP com o MDB cria-se o PMDB e Tancredo Neves é eleito vice-presidente nacional do PMDB (14/02/1982); eleito presidente da República (5/01/1985) através do Colégio Eleitoral. Em 14 de março de 1985 é internado no Hospital de Base de Brasília, véspera de sua posse e em 21 de abril de 1985 morre no Hospital do Coração, em São Paulo.

Documentos Textuais

- Manuscritos - 8942

Documentos Impressos

- Livros - 56
- Capítulos de Livros - 1
- Periódicos - 54
- Exemplares de Periódicos - 86
- Artigos de Periódicos - 45

Documentos Audiovisuais

- Iconografia
 - álbum fotográfico - 87
 - caricatura - 38
 - foto - 4222
 - imagem impressa - 1013
 - negativo - 223
- Imagens em movimento
 - filme - 2
 - vídeo - 80
- Som
 - disco - 13
 - fita - 132

Análise da Documentação

DOCUMENTOS TEXTUAIS: o arquivo está organizado em 11 séries. O arranjo combinou séries formadas a partir de diferentes critérios: por tipo de documentos, funcional e temática. A série DOCUMENTOS PESSOAIS (dp) inclui diplomas, títulos, condecorações, certidão de casamento e o atestado de óbito do titular. A série ASSUNTOS DIVERSOS (ad) compreende 12 dossiês, num total de 96 documentos. Dentre os dossiês, podemos destacar o que reúne material sobre o inquérito instaurado por ocasião do atentado a Carlos Lacerda, em 1954; o material publicitário da campanha de Tancredo Neves ao governo de Minas Gerais, em 1960 e as cartas de Juscelino Kubitschek, escritas do exílio, a Tancredo Neves. A série PRIMEIRO MINISTRO (m) encontra-se dividida em 4 dossiês, totalizando 177 documentos, referentes ao período em que Tancredo ocupou a presidência do Conselho de Ministros, durante o regime parlamentarista, assim ordenados: documentos da esfera política, dirigidos aos gabinetes do primeiro ministro e do presidente da República, em sua maioria pedidos de cargos feitos por políticos; as nomeações feitas para vários cargos; prestação de contas de alguns ministérios e correspondência enviada ao gabinete de Tancredo Neves contendo pedidos e convites, vinda do povo. Na série DEPUTADO FEDERAL (df) encontram-se os dossiês referentes à atuação de Tancredo na Câmara dos Deputados, em especial na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, onde atuou como relator; os mapas de apuração das eleições de 1966, 1970 e 1974; pedidos de eleitores e as articulações políticas do deputado federal. A série SENADOR (s) é constituída de apenas um dossiê, cujos documentos abrangem a candidatura e o mandato de Tancredo Neves no Senado Federal. A série GOVERNO DE MINAS GERAIS (gov. MG) abrange as eleições de 1982, o período em que Tancredo esteve à frente do executivo de seu estado e alguns documentos datados após sua saída. Os cinco dossiês estão divididos da seguinte maneira: relação do governo do estado com as dioceses de Minas Gerais; relações do governo de Minas Gerais com outros estados da União; atuação das secretarias de estado; documentos do gabinete militar sobre o controle de todos os eventos do governador e documentos diversos do governo de Minas Gerais após a saída de Tancredo Neves. Na série CAMPANHA PRESIDENCIAL (cp) os documentos foram agrupados em oito dossiês. Dentre estes, podemos destacar os seguintes: documentos contendo reivindicações de entidades ou grupos de interesse; documentos que subsidiam os estudos para a elaboração da plataforma de governo e documentos sobre a organização da campanha. A série PRESIDENTE ELEITO (pe) está dividida em 10 dossiês, totalizando 268 documentos. Abrange

o período após a sua eleição no Colégio Eleitoral, no dia 15/01/1985 e vai até as vésperas de sua internação. Inclui documentos que reúnem pedidos financeiros e não financeiros, convites ao presidente eleito, indicações para cargos e reivindicações de entidades de classe. Na série DOENÇA (d) estão contidos os documentos referentes ao período em que Tancredo esteve internado no Hospital de Base, em Brasília e no Hospital das Clínicas, em São Paulo, até antes de sua morte. A grande maioria dos 4433 documentos são cartas da população enviando votos de pronto restabelecimento. A série POST MORTEM (pm) reúne os documentos enviados à esposa de Tancredo Neves, D. Risoleta Neves, após a morte do presidente eleito. Assim como a série Doença, a maior parte dos 3059 documentos é de manifestações populares, incluindo um dossiê só com poemas e literatura de cordel feitos pela população em geral. Na série PRODUÇÃO INTELECTUAL (pi) estão reunidos discursos, textos e estudos de diversos autores. Além do próprio Tancredo Neves, podemos encontrar outros nomes de destaque no cenário nacional, dentre eles Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Humberto Castelo Branco, João Baptista Figueiredo, Ernesto Geisel, João Goulart e José Sarney.

Descrição do Conteúdo das Séries

Assuntos diversos	
Datas-limite: 1897 a 1985	Total de documentos: 96
Campanha presidencial	
Datas-limite: 1984 a 1985	Total de documentos: 244
Deputado federal	
Datas-limite: 1964 a 1977	Total de documentos: 34
Discos	
Datas-limite: 1955 a 1961	Total de documentos: 13
Documentos pessoais	
Datas-limite: 1938 a 1990	Total de documentos: 127
Doença	
Datas-limite: 1985 a 1985	Total de documentos: 4433
Filmes	
Datas-limite: 1982 a 1982	Total de documentos: 2
Fitas cassete	
Datas-limite: 1960 a 1990	Total de documentos: 132
Fotografias	
Datas-limite: 1912 a 1990	Total de documentos: 5587

Governo de Minas Gerais	
Datas-limite: 1982 a 1985	Total de documentos: 374
Post Mortem	
Datas-limite: 1985 a 1994	Total de documentos: 2970
Presidente eleito	
Datas-limite: 1984 a 1985	Total de documentos: 273
Primeiro ministro	
Datas-limite: 1961 a 1962	Total de documentos: 180
Produção intelectual	
Datas-limite: 1894 a 1986	Total de documentos: 197
Senador	
Datas-limite: 1978 a 1983	Total de documentos: 14
Vídeos	
Datas-limite: 1980 a 1990	Total de documentos: 76

ANEXO D – Apêndice C da NOBRADE – Nível 1

Apêndice C

Exemplos integrais

Exemplo 1 – Arquivo João Goulart – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

NÍVEL FUNDO

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR'CPDOC JG
1.2 Título	Arquivo João Goulart
1.3 Data(s)	1950-1975
1.4 Nível de descrição	(1) fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais 1m; Bibliográficos 0,10m; Iconográficos 136 fotografias

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	Goulart, João; Outras formas – Jango; Goulart, João Belchior Marques
2.2 História administrativa/Biografia	<p>Nasceu em 1º de março de 1919, no município de São Borja, no Rio Grande do Sul (Brasil), filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Seu pai, estancieiro em São Borja, era um dos proprietários da firma Vargas, Goulart, Gomes e Cia. Ltda. Em 1939, formou-se em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre (RS), mas não exerceu a profissão. Em 1943, com a morte do pai, tornou-se responsável pela gestão dos negócios da família. Em 1945, após a eleição de Eurico Dutra para a Presidência da República, Jango ingressa na política através do presidente deposto Getúlio Vargas, participando da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, do Rio Grande do Sul, do qual seria posteriormente presidente regional e nacional. Foi deputado estadual e presidente do PTB, no Rio Grande do Sul, de 1946 a 1950.</p> <p>Foi um dos principais articuladores da campanha de Vargas à Presidência da República, em 1950. Entre os anos de 1950 e 1960, foi uma das grandes lideranças políticas do país, tendo chegado à Presidência da República, após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, do qual era vice. Em 1964, foi deposto por um golpe de Estado, tendo se exilado no Uruguai. No exílio, além de se dedicar a ativida-</p>

des de empresário, foi um dos integrantes da chamada Frente Ampla, movimento político que articulou as principais lideranças políticas brasileiras, de oposição ao regime militar. Morreu em dezembro de 1976, em uma de suas fazendas, na Argentina.

2.3 História arquivística

Com o exílio do ex-presidente João Goulart, em abril de 1964, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o prof. Luiz Alberto Moniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias parte da documentação para elaboração do seu livro *O governo Goulart*. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa Beatriz Riff, no dia 28 de junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. Os documentos que ficaram com o prof. Moniz Bandeira foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponíveis para consulta. Comenta-se, ainda, sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das propriedades do titular, que teria sido visto por Moniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.

2.4 Procedência

Parcela doada por Raul Riff, por meio de contrato em 1989; parcela doada por Luiz Alberto Moniz Bandeira em março de 2003.

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

A documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado, no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio. Em contrapartida, sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Vice-Presidência e Presidência da República encontra-se escassamente documentada, merecendo, contudo, destaque os

documentos sobre a greve dos marítimos em 1953 (série Ministério do Trabalho) e a documentação referente à conjuntura política do país, particularmente o projeto de desapropriação de terra, visando à reforma agrária, durante sua gestão na Presidência da República, entre setembro de 1961 e março de 1964 (série Presidência da República). Os documentos iconográficos apresentam registros sobre sua atuação como presidente da República, destacando-se ainda seus encontros com personalidades nacionais e internacionais e manifestações sindicais ocorridas em seu apoio. Há também registros sobre o período em que exerceu a Vice-Presidência da República e dois retratos do exílio no Uruguai. Período abrangido: 1951-1976. Os documentos bibliográficos dizem respeito à Presidência da República, ao período de exílio no Uruguai e à vida pessoal. Período abrangido: 1961-1983.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

O fundo encontra-se organizado em 11 séries: Documentos pessoais; Presidente do diretório do PTB/RS; Presidente do PTB; Ministro do Trabalho; Vice-Presidente da República; Presidente da República; Exílio; Post-mortem; Recortes de jornais; Fotografias; Bibliográficos.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso

Sem restrição de acesso

4.2 Condições de reprodução

Os documentos textuais e bibliográficos podem ser reproduzidos por via eletrostática, fotográfica ou digital; os documentos iconográficos podem ser reproduzidos por meio fotográfico ou digital. No caso das fotos é necessária a assinatura de um "termo de cessão de uso de imagens".

4.3 Idioma

Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa

Guia de fundos do CPDOC e sistema Accessus, *on-line*

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	Fotografias digitalizadas
5.3 Unidades de descrição relacionadas	Parte do arquivo foi doada pela esposa do titular ao Arquivo Nacional (Brasil)
5.4 Nota sobre publicação	Bandeira, Moniz. <i>O governo João Goulart; as lutas sociais no Brasil – 1961-1964</i> . Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977, p.187. Navegando na História – dossiê Trajetória de João Goulart, disponível em www.cpdoc.fgv.br

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	Documentos em bom estado de conservação
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	O arquivo foi organizado de acordo com os procedimentos do CPDOC publicados em: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. <i>Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC</i> . 4. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. 104 p. Equipe: Pesquisador responsável – Célia Maria Leite Costa Estagiária – Viviane Marins Fagundes.
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	março-dezembro de 2003

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Agradecimentos; anticomunismo; Argentina; asilo político; censura; Carlos Lacerda; campanhas eleitorais; crises políticas; Estados Unidos da América; felicitações e congratulações; Frente Ampla; golpe de 1964; governo Castelo Branco (1964-1967); governo Costa e Silva (1967-1969); governo João Goulart (1961-1964); greves; Guanabara; João Goulart; homenagens póstumas; imprensa; Inquérito policial mi-
--	---

litar; Juscelino Kubitschek; manifestação de apoio; Ministério do Trabalho; partidos políticos; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); política estadual; política municipal; política nacional; política trabalhista; política sindical; propriedade rural; redemocratização; reforma agrária; regime militar; repressão política; segurança nacional; sindicatos; Uruguai.

NÍVEL SÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR CPDOC JG e
1.2 Título	Exílio no Uruguai
1.3 Data(s)	abril de 1964 a 1975
1.4 Nível de descrição	(3) série
1.5 Dimensão e suporte	textuais 0,65m e 2 fotografias

2 Área de contextualização

- 2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)
- 2.2 História administrativa/
Biografia
- 2.3 História arquivística
- 2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	Os documentos referem-se ao período em que João Goulart esteve no exílio, no Uruguai, após o golpe de Estado que o depôs da Presidência da República. Abordam questões relativas às suas propriedades no Brasil, à repressão política durante os governos dos generais Castelo Branco e Costa e Silva, incluindo os aspectos relacionados à censura aos meios de comunicação, às articulações políticas visando à formação da Frente Ampla de oposição ao regime militar, entre outros assuntos.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série é constituída de dossiês temáticos, ordenados cronologicamente.